

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII – CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

QUILOMBOLAS EM CODÓ: territorialidade, identidade e lutas

THALYTA MARIA SALAZAR ARAÚJO

CODÓ-MA

2019

THALYTA MARIA SALAZAR ARAÚJO

QUILOMBOLAS EM CODÓ: territorialidade, identidade e lutas

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História do Campus VII-Codó como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas/ História.

Orientadora: Prof.^a. Me. Gleiciane Brandão Carvalho

CODÓ- MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Salazar Araujo, Thalyta Maria.

QUILOMBOLAS EM CODÓ: : territorialidade, identidade e
lutas / Thalyta Maria Salazar Araujo. - 2019.

67 p.

Orientador(a): Gleiciane Brandão Carvalho.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019.

1. Direito. 2. Identidade. 3. Luta. 4. Quilombolas.
I. Brandão Carvalho, Gleiciane. II. Título.

THALYTA MARIA SALAZAR ARAÚJO

QUILOMBOLAS EM CODÓ: territorialidade, identidade e lutas

Monografia apresentada ao curso de graduação de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII- Codó, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Aprovada em ____ de ____ de _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Ma Gleiciane Brandão Carvalho– UFMA
(Orientadora)

Ma. Inaldo Bata Rodrigues - UFMA
(1ª Examinadora)

Prof.ª Dra Jascira da Silva Lima -UFMA
(2º Examinadora)

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a todas as forças que regem o universo por me amparar até aqui, dialeto nenhum saberá explica minha satisfação! Apenas hei de continuar, pois foi um dos desafio de muitos que não irei desistir, igual meus antepassados.

À Universidade Federal do Maranhão- Campus VII Codó que me acolheu e viabilizou conhecimentos teóricos, culturais, mas também crescimento pessoal durante o meu período como graduanda. A meus professores, que hoje são muito bem representados pela prof. Jascira Lima que esteve comigo distribuindo e partilhando conhecimentos intelectuais e auxiliando no crescimento pessoal, no qual abraço o prof. Dil verdadeiramente que somaram na minha maturidade. E graças a várias etapas vencidas adquirir ajudar através do meu trabalho monográfico. Obrigada a todas Comunidades Remanescentes de Codó que estou convivendo, conhecendo e em troca me recebem sempre bem. E obvio a minha orientadora Gleiciane Brandão que me acolheu e me ajudou a conduzir minha pesquisa com calma e sucesso, só posso agradecer fortemente.

A minha família, que não estavam presente diretamente, porem me apoiaram minha mãe (Lourdes Marcia), minha avó, meu avô, minha madrinha (Mary Salazar), minhas tias Cece e Jaqueline, com meus cinco primos (Paulo, Alana, Joel, Tamires e Iracy), e meu amigo Luís Gustavo que esteve comigo em várias etapas da minha vida na graduação e fora dela, representando os meus amigos que partilhei desde a República dos Estudantes, reivindicando nos protestos, na UFMA, nas discussões, nos dates e depois juntos nos auges das festas, ou nos momentos turbulentos, ou em sermos apenas nós, aos grupos (Vale- Bonde das Gordinhas- Bota Aqui Pra Vê Se Não Cabe) somar nessa jornada comigo FOI TUDO TODXS.

E agradeço a minha vivencia em Codó, por ter me acolhido cidade das culturas e das energias, agora vem outras lutas, conquistas e quedas para se reerguer é a vida, e agradecida sou.

“Estudar sobre minhas origens tira um pedaço de mim, mas reconstrói resistências.”

(Grifos meus)

Resumo

Desde já reafirmamos que historicamente existe um percurso de lutas e conquistas dos direitos das minorias. E dentro dela estão as populações negras sendo destaque na resistência dos embates quilombolas. Relutando por melhorias e inclusão dos direitos e nas emancipações das comunidades descendentes do país e dos nossos estados. Entretanto é preciso destacar as invisibilidades que foram acrescentadas a essas comunidades quilombolas, remanejadas e sem opção de sair das suas condições por força própria ressignificando o nome cárcere pelas novas desigualdades. E graças as alianças e a colaborações do movimento abolicionista, as resistências dos negros, e as concepções adquiridas pelas leis, que garanta o território como fonte de identidade da abolição até os dias atuais. Endossada pela Constituição Federal (1988) e pelo movimento negro local o Maranhão se torna provedor da causa quilombola. Tais abordagens levaram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo nas comunidades da área rural de Codó Comunidade e Povoado Livramento e Associação e Comunidade Quilombola Santa Maria dos Moreiras, Jerusalém e Bom Jesus que foram divergentes no resultado da pesquisa por tratarem da titulação da territorialidade, das identidades construídas e das lutas ainda vivenciadas.

Palavras – Chave: Quilombolas. Luta. Identidade. Direito

Abstract

We already reaffirm that historically there is a course of struggles and achievements of minority rights. And within it are black populations being prominent in the resistance of quilombola clashes. Reluctant to improve and include the rights and emancipations of the descendant communities of the country and our states. However, it is necessary to highlight the invisibilities that have been added to these quilombola communities, relocated and with no option to leave their conditions by their own strength, resettling the name jail for the new inequalities. And thanks to the alliances and collaborations of the abolitionist movement, the resistance of the blacks, and the conceptions acquired by the laws, which guarantee the territory as a source of identity of the abolition until the present day. Endorsed by the Federal Constitution (1988) and the local black movement, Maranhão becomes the provider of the quilombola cause. Such approaches led to bibliographic research and field research in the rural communities of Codó Community and Povoado Livramento and Quilombola Community and Association Santa Maria dos Moreiras, Jerusalem and Bom Jesus, which were divergent in the result of the research because they deal with the titling of territoriality, the constructed identities and the struggles still experienced.

Keywords: Quilombolas. Fight. Identity. Right

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1- Trajeto entre a Comunidade Livramento e Povoado e Associação Quilombola Santa Maria dos Moreiras Bom Jesus

Fotografia 2- Imagem da Igreja São Jose o marco histórico da Comunidade

Fotografia 3- Entrevista gravada na Comunidade e Povoado do Livramento

Fotografia 4- Dados das terras tituladas entre 2017- 2019

Fotografia 5- Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria dos Moreira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REPERCURSÃO HISTÓRICA PÓS ABOLIÇÃO	12
2.1 Os percursos do 13 de maio de 1888 para uma abolição exaltada	17
2.2 Os negros em seus diferentes momentos de protagonizar	20
2.3 Abolições assinada e a luta continuada	24
3. RELUTAR POLÍTICAS ATÉ REMANESCER.....	28
3.1 Propostas nas distribuições de terra e na distribuição de leis.....	29
3.2 As colaborações jurídicas e o alavanque da mídia abolicionista.....	32
3.3 Da abolição para uma transformação desassistida	34
4. DOS DIREITOS NACIONAIS AS CONQUISTAS NO MARANHÃO QUILOMBOLA.....	39
4.1 Novos abolicionistas no movimento da Constituinte.....	40
4.2 A ‘Constituição Cidadã’ de 1888 fortalecendo o art. 68	42
5. OS REMANESCENTES E SUA IDENTIDADE: Cenário maranhense e região Codoense como aplicação de lutas e direitos	44
5.1 Os caminhos da titulação pela formalidade.....	44
5.2 As organizações do movimento negro maranhense pela emancipação e luta de direitos	46
5.3 Identidade e ação Codó e seus remanescentes de quilombolas relutando por melhorias	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

É importante relembrar e entender o trajeto das lutas e conquistas vivenciada pela nossa descendência negra que foi direcionada as invisibilidades e sempre batalha em resistir. A relevância de se entender o percurso histórico de tentativas que a população negra enfrenta desde o período escravocrata, até as tentativas de remanescer.

O presente projeto monográfico se divide em cinco capítulos com percurso histórico e bibliográfico junto a pesquisa de campo sobre os Remanescentes Quilombolas na área rural de Codó. Identificamos a luta dos remanescentes quilombolas dividida em um trajeto de colaborações até a conquista constitucional que vai da morte de Zumbi dos Palmares em 1695.

O mesmo chamado de rei do quilombos lutou pela liberdade de população negra cativa e quilombola, mas como enaltecia e fomentava a ideia de liberdade fizeram do ato um silêncio, e em 1888 com a abolição da escravidão feita pela princesa Isabel porém engradeceram o ato, mas conquistou-se leis sem garantias, sem a verdadeira emancipação. Assim os negros livres chamados de abolicionistas somaram lutando nas assembleias na imprensa, ou atos que comovesse a população para o fim da escravidão e inserção dos negros na sociedade.

Em outro a comunidade negra quilombola resistia e lutava contra a opressão seja ela pelas lutas e fugas em busca de melhorias até os dias de hoje, vivenciados como remanescentes de quilombos que resiste em sobreviver. Dentro da resistência dos escravizados foi marcada por lutas com duas datas símbolos da abolição brasileira, feita por dois protagonismos diferentes para uma única causa, a liberdade.

Porém uma escravidão inacabada e sem assistências é uma luta continuada, pois as ausências de emancipação e de direitos direciona dificuldades para a população negra que ainda sofre com a não abolição. Diante disso a pesquisa foi desenvolvida no percurso histórico com a formação de quilombos e sua resistência dos escrava. As saídas foram as colaborações dos abolicionistas no parlamento, nos processos jurídicos e na imprensa, até as conquistas formalizadas na Constituição de 1888, feitas para fortalecer a existência das comunidades remanescente, remontadas com o movimento negro e movimento da população em resistir e não desistir.

Portanto se formaliza os direitos da população ex-cativa posteriormente chamadas de remanescente quilombola, sob o Art. 68/88 da Constituição Federal firma a auto identificação dos territórios quilombolas, e autonomia de registrar sua história e manifestação cultural com a implementação de decretos e emendas.

Fortificando tal aplicação aos remanescentes quilombolas do Maranhão um dos estados progenitor da luta quilombola, experimenta-se o diálogo e a pesquisa pratica da comunidade Quilombola do Livramento (Zona Rural-Codó), Comunidade Associação Quilombola Bom Jesus, Sana Maria dos Moreiras e Jerusalém (Zona Rural de Codó) duas comunidades representadas respectivamente, uma em situação não titulada mas que trabalha eixos da identidade e territorialidade, e a outra comunidade uma aplicada dentro do artigo da constituição, certificada e buscando autonomia final nas suas terras, no seu registro e como identidade quilombola. Somando aos conhecimentos teóricos e bibliográficos de Gomes(2005), Silva (2012), Macedo (2013), Munanga (2008), Reis e Gomes (1996), Pinski (2011), Alonso (2015), Santos (2018), Marques (2018).

2. REPERCURSÃO HISTÓRICA PÓS ABOLIÇÃO

*“Não dá para falar em consciência humana enquanto pessoas negras não tiverem direitos iguais e sequer forem tratadas como humanas.”
(Djamila Ribeiro - Filósofa e ativista)*

Na estrutura histórica do Brasil descreve-se um longo percurso de lutas libertadoras que se dividiram na história social, política e administrativa do país. Durante três séculos se estendeu o período escravocrata brasileiro se enriquecendo no tráfico negreiro e na produção do comércio manufatureiro. Daí a população escrava era usada na força de trabalho com a violência compulsória, na retirada de seu lugar de origem, da sua cultura e principalmente da sua liberdade.

Com uso da violência física, mental e desvalorização aos maltratos sofridos pelas elites agrárias obrigava o escravo a trabalhar, e reagindo a saída seria criar sua própria resistência. Nos anos de 1590 até os anos de 1888, dentre esses anos a própria população negra seja ela livre ou cativa protagonizava suas forças de

diferentes formas. Entende-se que a principal forma de resistir era o uso da fuga para os quilombos², lugar de organização contra a opressão, Conforme Reis (1995/1996):

[...] esta população não era constituída apenas de escravos fugidos e seus descendentes. Para ali também convergiram outros tipos de trãnsfugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simplesmente aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu. Mas predominavam os africanos e seus descendentes. Ali, africanos de diferentes grupos étnicos administravam suas diferenças e forjavam novos laços de solidariedade, recriaram culturas (REIS,1995/1996, p. 16).

Um quilombo pode ser identificado pelo seu tamanho, o número de negros fugidos que o compõem seu território, ou traço marcante na sua história, somadas a negação do sistema escravista (GUIMARÃES,1983). Lugar de associação e referência para resistência da população negra, os quilombos são centros históricos que reproduziam culturas para além de seu tempo, sendo também passíveis de transformação “Quilombo não significa fugido, quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p.267). Devido à grande concentração de desembarque de escravos aumente também a quantidade de fugas. A de maior frequência foi a região pernambucana e baiana, os maiores índices de fuga e quilombo já registrado, que chegou a uma média 20 mil cativos divididos em mocambos formando na Serra da Barriga, no Quilombo de Palmares.

O Quilombo de Palmares que sobreviveu entre os anos de 1585-1740 tendo como símbolo de toda sobrevivência sua população e seu líder Zumbi dos Palmares, engajado como líder em 1678, substituindo seu tio Ganga Zumba que pretendia fazer alianças com a coroa portuguesa em troca de escravos e entregar Palmares para a coroa. Apesar disso, Zumbi escolheu manter a liberdade de toda sua população escrava e fugitiva foi contrário aos planos de seu tio e líder rompendo a hierarquia e sua superioridade, se torna rei. Dentro do seu poder como líder Zumbi criou estratégias de manter Palmares politicamente organizado e militarmente preparado para os ataques da coroa portuguesa. Estando separados entre mocambos e outros líderes juntos resistiam principalmente nas invasões das senzalas, fazendas libertando seus comparses da escravidão, e também na busca de alimentos e armas

para proteção de seu refúgio, pois os embates só se intensificavam contra Zumbi e toda população palmarina que optou pela luta.

Em 1690, Palmares torna-se alvo principal dos contra-ataques da coroa portuguesa por ameaçar o sistema de subalternidade do poder. A destruição dos quilombos era o primeiro ato de combater a liberdade e manter o cárcere. Por esse motivo surgem os confrontos que o negro se colocava como fonte de luta e resistência para defender sua liberdade e sua determinação em sair da condição de escravo, que durou até a intensidade dos ataques da coroa, e após dela. Sob o comando de Domingos Jorge Velho, na sua décima oitava tentativa de destruir Palmares constroem armadilhas, um exército que em 1694 as expedições de bandeirantes conseguem derrubar a maior resistência protagonizada por quilombolas no sistema escravista e iniciam a sua destruição que terminada no dia 20 de novembro de 1695, com a captura e o assassinato do líder Zumbi dos Palmares, um dos símbolos da luta contra a escravidão brasileira.

A memória de Palmares, além de ficar gravada na mente de autoridades e senhores na virada dos setecentos, propiciou mudanças na legislação escravista para a repressão de quilombos e fugitivos. Outros Palmares não poderiam aparecer. De qualquer modo, se na mente estava Palmares, com os seus olhos as autoridades e senhores viam cada vez mais, em todas as partes do Brasil, mocambos (quilombos) se estabelecerem. (GOMES. 2014, p.451)

As políticas que vão desembarcar no Brasil como fonte contrária a escravidão se separam pela luta vivida pela luta prescrita. As ações distintas que estimularam os protagonismos da população negra cativa como parte principal nas fugas e lutas que tinham o verdadeiro propósito de libertar. Enquanto que posteriormente os espaços de lutas irão por etapas não só físicas, mas nas leis, parlamentaristas com objetivos na manutenção do poder monárquico e outros que se agregam ao movimento por emancipar.

Nestes momentos efervescentes na política brasileira nos anos de 1880 até a abolição da escravatura destinaram-se na relevância no 13 de maio de 1888, diferente do 20 de novembro de 1695 que resistiam por abolição. Assim aristocracia, os opressores e latifundiários produziram políticas de apaziguamento do cárcere, mas não da real libertação, dando atrasos e alavancar de prolongar o cárcere. Por isso todas as etapas de construção abolicionista foram montadas por atuações em

momentos que a luta era pressionada, somadas ao parlamento que exalta-se por objetivos para além da causa, deixando a desejar a falta de assistências revigora as desigualdades até os dias de hoje, pedindo por novas revoluções.

2.1 As fugas e os aprisionamentos pela libertação

O primeiro momento assegurou-se na imagem de Zumbi dos Palmares, no sec. XVI os quilombos se tornaram símbolo de luta pela liberdade, criando visibilidade para a resistência cativa. Nos embates sofridos, no desgaste das fugas, nos atos não registrados ou não repercutidos uma parte da população negra esteve afastada dos direitos cívicos, pelo preconceito racial firmados em uma imagem negativa do negro que fugia do cárcere (ALMEIDA, 2018).

Os atos de reduzir o protagonismo da população negra utilizava-se de artifícios para desfavorecer a imagem ‘denegrada’, descriminalizada e justificada pela escravidão. Embarcar em vocabulários que menosprezasse a cor da pele, por isso o quilombo se torna lugar de reconhecimento, Palmares além da resistência contava com a pratica das culturas remontadas no cotidiano da comunidade, retratada pelas raízes por uma fuga iniciada como uma associação tradicional da resistência contra escravidão.

Enquanto isso Zumbi se sustentava estrategicamente pela sua organização e de seus aliados invadindo fazendas, saqueando e libertando escravos para se unir ao quilombo. Tentando aderir mais adeptos a essa luta, estando afetado devido as intensidade dos ataques, Zumbi não desistia de lutar pela liberdade de seu povo. Assim é demonstrado por Oliveira (2006, p. 46) “a maior barreira que esses povos encontram para o seu auto reconhecimento, conseqüentemente, o reconhecimento pelo outro, a queda do preconceito”. O quilombo torna-se uma marca de ameaças do sistema escravista, proporcionando a introdução dos pensamentos abolicionista, destruído e refeito nas coletividades de memórias e lutas em torno da abolição.

[...] novembro de 1695, por azar, um dos homens de Zumbi foi emboscado perto de Penedo. Ele foi preso e estava para ser enviado ao Recife. No caminho a guarda encontrou com o exército de André Furtado, que o sequestrou e o torturou a fim de indicar o esconderijo de Zumbi. “Nada conseguiu até que mudou de tática. A garantia de vida e liberdade se cooperasse. Zumbi confiava em Soares, e quando este lhe meteu a faca na barriga se preparava para um abraço [...]” (Rufino, 1985, p.47).

Sabendo da devida propaganda que o quilombo atribuiu às informações da destruição de Palmares, a morte do seu líder marcava o retorno do cárcere sem a principal imagem de resistência, porém refeitas de possibilidades. A figura da continuidade da luta protagonizada pelos negros era interrompida. Lovejoy (2002) fala dos direitos negados do livre arbítrio pelas intimidações, práticas violentas, estigmas que diminuísse a condição de sujeito. Entende-se que existe a construção do medo e da submissão, mas contraria a esse fato a ação veio nas revoltas contra as opressões, possível de ver nas cartas regias: Em 14 de março de 1696 o Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro:

(...) Determinei que pusessem sua cabeça em um poste no lugar mais público desta praça, para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam Zumbi um imortal, para que entendessem que esta empresa acabava de todo com os Palmares. (Carta Colonial, Caetano de Melo e Castro 14/03/1696)

Em meados do sec. XVII esta primeira etapa retratada ainda na resistência quilombola registrada pela presença do negro fazendo sua própria ação, sair para liberta-se. Para coagir a população escravizada faziam-se expedições em busca do 'refúgio de cativos' na tentativa das recapturas e romper a resistência. Feitas por comunicações por cartas, trocadas por meio de viagens feitas entre a metrópole e a colônia de navio, tardando as notícias.

Sendo assim entre o Brasil nesse período tinha uma comunicação mais oralizada, sendo que os fatos de maior impacto eram tratados como memoráveis para inibir tal ação, a morte de Zumbi foi notável. Como na carta sobre o imaginário de Zumbi dos Palmares, perdurava como exemplo a não ser seguido, mas aviso truculento. Sua história foi expandida por todo território brasileiro como exemplo para a população ainda cativa. Os escravos no incentivo de permanecer e lutar pela abolição, pois a força de um para a coletividade era necessária para vencer a supremacia da opressão. Obtém-se as primeiras formas da consciência em resistir, popularmente na memória o dia 20 de novembro de 1695 (COSTA,1987).

A população cativa já era o principal personagem da sua própria resistência, o escravo é registrado em publicação relacionada à fuga, ou desordens, outras informações não eram noticiadas só as suas capturas. Nesse primeira fase as primeiras informações nos jornais sobre o negro no país foram com a exposição de suas características físicas, os percursos em fuga, partes do cotidiano que eram

retratados pelo próprio senhor de escravos. A primeira publicação registrada foi no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1809:

No dia de entrudo pelas nove horas e meia da noite, fugiu a Vicente Guedes de Souza, uma mulata filha do Cabo da Boa Esperança por nome Dina, de estatura ordinária, clara e com sinais de sardas pela cara, fala português e inglês, cabelo um pouco crespo, idade pouco mais ou menos de 25 anos: Quem dela tiver notícias avisará ao mesmo na Rua da Misericórdia, defronte do açougue grande, ou na loja da Gazeta, e receberá boas alvíssaras (Gazeta de Noticia 25/02/1809).

O aumento interno da escravidão no Brasil nos anos de 1830/1840 favoreceu também a maior frequência de reagir contra a opressão. No sistema de produção brasileiro, o escravo se torna valioso, e dispensa-lo não favorecia o enriquecimento monárquico “o homem negro escravo era entendido como um bem mercantil” (FERNANDES, 2004, pp. 366-367), ou seja, sua saída do sistema não passava despercebida. Desta forma a divulgação das notícias em jornais, folhetins e publicações era a melhor maneira de informar e saber dos acontecimentos e fugas escravas.

2.2 Os percursos do 13 de maio de 1888 para uma abolição exaltada

Após a população negreira brasileira chegar ao estopim pela quantidade que o tráfico proporcionou. A mesma no ápice do fica adversa ao mercado europeu, que não favorece mais a escravidão. A Europa se torna contra o tráfico e a opressão sobre as pessoas, pois esta impulsionada pela revolução industrial, modernidades, observa-se a troca dos sistemas, mas não se assegura como fazer as mudanças sejam elas raciais, ou políticas.

As manifestações liberais que se iniciou na Europa do sec. XVIII fomentava a ideia de: liberdade, igualdade e fraternidade estimulando as ações abolicionistas de tentar romper o sistema escravista brasileiro, a monarquia regente também demonstra seu interesse.

No afã de constituir panteões e consagrar heróis e princesa, ficavam à mostra os lugares sociais reservados aos emancipados e as condições de cidadania previstas .Em meio à euforia popular cabia legitimar quem, empunharia a bandeira da liberdade, ocuparia o lugar mais alto na

constelação de líderes do movimento abolicionista. (ALBUQUERQUE, 2010, p.94)

As pressões do comércio externo que se intensificam com a revolução capitalista e o novo momento político que o Brasil estava condicionado. Desta maneira foram disseminadas publicações contextualizadas que antes não se intensificou com a morte da representação de Zumbi, mas que sabiam do seu ato memorável. Após um século da destruição palmarina, e as pressões externas os poderes legislativos das regências brasileiras se voltam na questão da libertação do trabalho escravo no contexto escrito pelas ações abolicionista, mas evidenciado pela princesa Isabel (CHALHOUB, 1990).

O tráfico fora extinto, e a escravidão fora abolida. O processo foi demasiado lento, mas até o fim o imperador e os abolicionistas tiveram de enfrentar a resistência tenaz de proprietários e da maioria da representação nacional. A instabilidade política havia sido substituída pela consolidação do sistema representativo e pela hegemonia do governo civil, em nítido contraste com o que se passava em países vizinhos. Na política externa, o Brasil definiria com clareza e preservava seus interesses na região platina, e ganhara respeitabilidade diante da Europa e dos países americanos. Pessoalmente, o monarca conquistara o respeito internacional pela dignidade e patriotismo com que exercera o poder e pela proteção que dispensara as ciências e as letras. (CARVALHO, 2007, P. 222)

Com intuito de promover a construção de debates e discursos favorecendo a atitude da coroa portuguesa, os textos eram publicados nos folhetins e jornais da época, a proposta de liberdade com o foco de informar a população dos acontecimentos, exaltando as políticas abolicionistas ou tomando partido das causas monárquicas.

O contexto escravista estava sendo decidido em etapas que variavam nas pressões, a relutância de não extinguir a escravidão em desacelerar os processos com os abolicionistas liberais. E em outro momento estavam aliados a Coroa portuguesa que construíram o protagonismo da Lei Áurea. Os abolicionistas escolhiam aderir a debates, discursos que se salientavam a real causa da libertação da escravatura pelos jornais como os 'Gazetas', publicações autorais, e culturais estes favoreciam os debates de liberdade.

Aproveitando-se da causa alguns abolicionistas se aliaram na manutenção da monarquia, que recorta pra outra finalidade e ação, momentos esses descritos nos discursos de uma mídia que potencializava e exaltava o 13 de maio de 1888, exaltada na Revista Ilustrada dias após abolição:

(...) PATRIA LIVRE! Desde o dia 13 de Maio, às 3 da tarde, que raiou para o Brasil uma era nova! A integridade nacional é, hoje, um fato, tornando em realidade o artigo primeiro da nossa Constituição, que diz: “O Brasil constitui uma nação livre e independente.” Com orgulho, podemos levantar a cabeça e encarar as nações livres do nosso continente e do mundo e fraternizar com elas, pois a palavra escravo deixou, também, de ter significação, na língua que falamos. Uma grande glória temos a escrever em nossos anais: o Brasil extinguiu a escravidão, como nenhum outro povo, asfixiando-a num dilúvio de flores, ao som dos hinos festivos, aos vivas da multidão, derramando lágrimas de júbilo sobre a raça redimida e levantando um altar ao esquecimento! Glória aos propugnadores da grande reforma! Somos, finalmente, um povo livre! (REVISTA ILUSTRADA, MAI/1888. Edição-00498)

A participação da elite negra e livre se distribuía nas câmeras, assembleias, na formação das mídias que instigasse a abolição do país, já sentenciada. Este caminho bibliográfico foi construído por bases teóricas e historiográficas relacionadas as teorias raciais e a fontes da época reconhecidas em Rufino, Schwarz, Barbosa que respalda algumas publicações de jornais e folhetins como Gazeta da Tarde, O Diário do Povo, Gazeta de Notícias, Arautos, que escritos por Jose do Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças fundadores do movimento. Entre mais alguns discursos que comportou resultados na procura por uma libertação pratica e outra favorecendo a imagem da Lei Aurea protagonizada pela Princesa Isabel.

Portanto após os trezentos anos sob o sistema econômico do cárcere, o 13 de maio 1888 ficou conhecido como dia da abolição da escravatura, potencializada na figura da Princesa Isabel e na Coroa Portuguesa. Abordada com pouca ênfase a luta de Zumbi dos Palmares, pois o exercício da coletividade ainda não era foco de conscientização dos que iniciaram as lutas no quilombo. Por outro lado estava incentivado por uma elite livre e negra, movimentando uma luta no parlamento e nas mídias que procurava exaltar o alvo da ação, o ex- escravo. Diferente do protagonismo monárquico, o jornal O País ressaltava a efervescência do liberto:

(...) tornaram-se verdadeiros loucos: uns ajoelhavam-se levantando mãos súplices aos céus; outros riam, muitos choravam, beijavam a terra que regaram por tanto tempo com o suor do trabalho forçado, todos erguendo

vivas a S. Benedito, a Princesa imperial e ao ministério João Alfredo, 'aos folguedos da libertação' Depois de executado o hino, cantaram uma linda música original, continuando suas festas em roda do novo cruzeiro, permanecendo até alta noite sempre em folguedos e boa ordem.(O País, 15 de maio de 1888)

Em contraste da mídia abolicionista, o ato da abolição protagonizava a imagem da Princesa Isabel como grandiosa usando as publicações, folhetins contextualizados para fortalecer a imagem do poder monárquico, pois estavam interessados no mercado e nas reformas do poder político brasileiro. Os mesmos tinham jornais que defendia publicações seja ela explicativa, critica ou dando ênfase à causa. Para além de uma luta, ou um lado político, durante a abolição ficou evidente que os jornais e mídias repercutiam informações positivas para diminuir a euforia das transformações brasileira, esquecidas e irrelevante para os que buscavam status, contrariando os reais defensores da libertação do cárcere “Ao lado desse fundamento empírico a memória (acontecimentos, lugares, personagens), existem elementos com base quase projetivas, configurando uma realidade, às vezes, bastante afastada dos marcos objetivos” (MUNANGA, p 113.1988)

2.3 Os negros em seus diferentes momentos e espaços de protagonizar

O cenário nesse momento das publicações entre 1850- 1870 distribui-se no cotidiano que o negro protagoniza sua imagem se opondo ao cativo. É notável que sua ação não se aproximava do ato de abolir, mas procurava suas ancestralidades. A historiadora Schwartz (1987, p.150), explica: “Além disso, aos poucos substituem-se e justapõem-se antigas imagens por novas, mais adaptadas talvez ao próprio momento: ao lado da imagem do preto humilde, servil, amigo dos brancos, vai surgindo a do negro traiçoeiro, fujão e ladrão.

Características que inviabilizam a população negra de se defender dentro do imaginário das mídias da época. Em 26 de fevereiro de 1870 o Diário de Notícias esclarecia que “para designar o escravo fugido temos cinco nomes: Calhambola, Quilombola, Mocambo, Macamáo e Fugião”, reformulando novos contextos retratando o negro e sua luta pela abolição:

Fugiu ao Tenente Coronel Antonio Mario da Silva Torres, moradora na rua do Fogo, n. 93, no 1º do corrente, um pardo de nome Firmino, escravo dos casais

de seus finados sogros, antecessor e mulher, de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes. (Diário de Notícias, 26/02/1870)

A relevância do segundo momento advém do movimento abolicionista que trabalha em propostas de libertação, projeto de distribuição de terras, e educação para os escravos, enquanto que também contextualizava-se o processo emancipador sob uma ótica elitizada protagonizada pela Princesa Isabel. Entre 1850-1888, o destaque dos grupos abolicionistas, negros livres, mestiços, e brancos em defesa da abolição da escravidão.

De acordo com Ângela Alonso retrata a diferença “ressalto que o processo não começa em 1879, quando Nabuco e José do Patrocínio [1854-1905] partem para a atuação no espaço público, e sim na década anterior” (ALONSO, 2015, pp. 568). Em 1870 a formação da Sociedade Emancipacionista Brasileira dar foco nas produções abolicionista que se bifurcam em radicais ou conservadores, em prol do sistema monárquico, ou do sistema republicano.

Nesse processo as novas etapas para abolição do sistema escravista brasileiro foram somadas com alianças que advinham da Coroa, parlamento, a luta escrava e da imprensa. A população livre e negra que combatia a escravidão nas práticas parlamentares e na imprensa estavam atualizadas para informar as etapas da abolição da escravatura. Estando firmadas em campanhas que horas eram valorizadas pelos atos legislativos que potencializa esse segundo momento na abolição. Anteriormente a partir de em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz que promulgava o fim do tráfico negreiro nos portos brasileiros. De acordo com, Dezim (2005)

O fim do tráfico de escravos (1850), associado posteriormente ao movimento abolicionista e imigrante e ao boom da cafeicultura no estado de São Paulo, deram origem a debates em assembleias, congressos e até no Senado sobre quem deveria substituir a “quase finada” escravidão negra. A partir de argumentos históricos, preconceituosos e racistas as oligarquias agrárias do Império optaram por descartar a mão-de-obra negra-sinônimo de atraso (DEZIM,2005, p.2)

Em 1871 a Lei do Ventre Livre, alforriava o recém-nascido que ficaria sobre custódia do seu ex proprietário até os 21 anos de idade. O gabinete que manteve

retardada a abolição era do partido conservador, o mesmo que relutava no atraso da abolição junto com políticas que incentivassem a indenização:

Não há necessidade de uma nova lei que trate do assumpto; não há urgência de vozes que se opere em prol dos entes sem autonomia; não há mister de revoluções sociais para que se opere a mudança completa (O Arauto de Minas, 17/12/1880).

As críticas ficam mais intensas com a aparição da aliança parlamentar de Joaquim Nabuco no parlamento, protagonizando a aplicação das leis em defesa da abolição, até a pressão final em 1888, com a Lei Aurea.

A política dos nossos homens de Estado foi toda, até hoje, inspirada pelo desejo de fazer a escravidão dissolver-se insensivelmente no país. / O Abolicionismo é um protesto contra está triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política.” Com a última promulgação em 1885, com a Lei dos Sexagenários, o que pode se esperar até o ápice com a Lei Aurea em 1888 "os escravos conseguiram transformar adversários naturais em aliados muitas vezes involuntários (Reis,1989, p.53).

É possível notar a luta das individualidades somadas na luta coletiva, em prol da sobrevivência quilombola, aperfeiçoa-se a participação de ações secundárias feita pelos abolicionistas com as fugas direcionadas. Eles estavam na distribuição de informações, ajudando nas fugas dos escravos criando melhores estratégias de mantê-los libertos e seguros. Pois os dois grupos passavam por repressões dos escravistas. André Rebouças tratava de cuidar das fugas clandestinas, e a proximidade em ajudar o escravo mantendo o movimento mais forte. Rebouças (1938) em um telegrama ‘Ceara Livre’³¹ com partes descritivas do trajeto, conforme descrito:

Estação inicial... São Paulo; junto ao túmulo de Luís Gama. Segunda estação Piraçununga. Terceira estação... Cachoeira de Mogi-Guaçu. Quarta estação... Em pleno sertão, com rumo de Nordeste; o sol deve amanhecer à direita e cair, à tarde, à esquerda. Quinta estação... Piumhi, nascente do rio São Francisco, acompanhando sempre o belo rio, abundante de peixes e de frutos deliciosos. Sexta estação... De um lado Goiás livre; do outro, o sertão da Bahia, onde não há capitães do mato. Sétima estação... Na Vila da Barra, onde começam as grandes cachoeiras do São Francisco. Oitava estação...

¹ ‘Ceara Livre’ termo dado pelos abolicionistas para representar a primeira província livre do tráfico e exploração de mão obra negra.

No varadouro das águas do São Francisco para as do Parnaíba. Nona estação... No Paraíso... No Ceará Livre. (REBOUÇAS, 1938, pp. 304-05.)

A conjuntura descrita no séc. XVIII dando continuidade em torno da abolição, por uma luta parlamentar. Retratada por jornais que vão tratar os fatos atualizados por contexto abolicionista em destaque do 13 de maio de 1888. A partir daí as publicações se bifurcam na ação dos abolicionistas e da imprensa que favorecer a monarquia para além da causa. Enfatizando datas e protagonismos que não se englobaram nas lutas quilombolas, mas de uma participação da imprensa. Nesse contexto de uma luta mais política, em que a imagem da princesa Isabel vira a praticante da ação, a libertadora, troca-se as relevâncias:

O público hoje lê os jornais, o que é diferente, quer dizer, ouve essa multidão anônima de gritadores, que lhes dão sobre o mesmo assunto dez opiniões diametralmente opostas, que lhes contam os fatos de mil modos diversos” (O Paiz em 03 de outubro de 1884)

Descrita pelo companheiro de luta no ápice das campanhas abolicionistas Rui Barbosa (1947 p: 247): “O aspecto da capital é inenarrável. (...). As ruas borbulham de alvoroço. A política invadiu todos os colóquios, emudeceu todas as preocupações”. Gomes (2006) instiga que o “conceito de cultura desconsiderava os processos de reelaborações e transformações histórico-culturais de um povo”. Consta-se que o autor aponta também estudos que evidenciava as reduções das “ações dos fugitivos” menosprezando a resistência dos negros, assim os abolicionistas reunidos em comunidades que não representava nenhuma ameaça à integridade podiam lhe dar com a opinião popular e modifica-las para favorecer os negros.

O conteúdo de suas revoltas eram restauracionista, visa restabelecer as sociedades africanas e reafirmar valores culturais (GOMES 2006, p.200). Propor leituras que pudessem causar reformas contra o sistema opressor e a sociedade brasileira melhorar o exercício da democracia racial. As publicações estavam com objetivo de chegar para todo tipo de público inclusive com os não letrados que faziam leituras de imagens para incentivar o entendimento do contexto. Assim fez a Revista Ilustrada:

“Admiro-me muito que fale de excessos em caricaturas, quando é sabido que esse gênero de jornais tem em toda parte do mundo mais liberdade do que os outros para exprimir o seu pensamento, tanto com o lápis, como com a pena, e que não se é obrigado a tomar a sério tudo o que ali vem. Será justa

essa censura feita a nós caricaturistas estrangeiros, se desejando seguir os costumes do país tomamos por norma o que dizem e fazem as folhas nacionais?" (Revista Illustrada, nº 06, 05 de fevereiro de 1876, pág. 02)

Exprimiam opiniões, atos que tinham a liberdade como afirmação de possíveis direitos, feitas por desenhos o importante era entender e trazer bem para a comunidade recém liberta. A partir do terceiro momento o fortalecimento na imagem da Princesa Isabel do 13 de maio, fica marcado em atos heroicos de seu parlamento, e na sua concessão de facilitar a luta parlamentarista. Daí diminui-se o protagonismo adotado por uma resistência previamente embatida na formação de quilombos encobrindo as tentativas da população quilombola e de seu líder Zumbi dos Palmares morto em ato pouco citado e desconhecido pela época já que era vista como ameaça a subordinação escrava, importâncias diferentes, mas atos marcantes.

2.4 Abolições assinada e a luta continuada

Na semana do dia 13 de maio de 1888, são construídas táticas que aparecem em comunhão à elite livre e negra junto a Coroa portuguesa. Colocando em ênfase as atitudes dos parlamentos e determinava o poder legislativo na causa as deliberações da política de libertação, retirava a participação e a importância dos atos antes praticados. No Gazeta de Notícias (1888)

A câmara votou o projeto com dois dias; o senado, em igual tempo: nos seis dias que decorreram do 8 a 13 de maio fez-se mais pelo Brasil do que nos sessenta e seis aos que nos separam da independência. Mesmo os inimigos do projeto libertador portaram-se nobremente: falaram contra, era seu direito; votaram contra, era seu dever; mas não perderam a compostura, e felizmente não se reproduziram nas cenas vergonhosas de 1871. (Gazeta de Notícias 13/05/88)

Ressentidos com a perda da mão de obra os escravistas foram deixados de lado, pois o receio adquirido vinha do fim da mão de obra. Para valorizar a abolição sem indenização, outorgada pela regente do império a Princesa Isabel, teve que manter sua monarquia com pouco, pois a maioria ficou contrária. A mesma se favorece pelos abolicionistas monarquista que protagonizaram várias etapas de exaltação da coroa, esquecendo a luta feita pelos escravos na resistência quilombola. O 13 de maio de 1888 se atrelou a imagem da princesa que estava em exaltação pelo feito de abolir a escravidão, no discurso feito por Joaquim Nabuco nota-se:

A campanha abolicionista caminhou e chegou ao ponto maximo: acabamos de ouvir a princesa regente recommendar: a extinção do elemento servil; assim, o momento actual não é mais de palavras, mas sim de factos, e por isso propõe que se constituam em sessão permanente o senado e a câmara dos deputados, afim de que não descansem enquanto não passe a lei da abolição, pois não se tem hoje o direito de demorar, nem por uma hora, a restituição da liberdade aos escravos. (NABUCO,1888)

No uso de cartas entre as regências da Coroa e as suas províncias brasileiras as informações das fugas dos negros eram distribuídas no período que se nega a luta. Enquanto tentava-se destruir a ideia de coletividade incentivada pela comunidade Palmarina, destrinchada por (SCHWARCZ, 2007 p. 25) “a partir do fato consumado e em meio a essa sociedade das marcas pessoais e do culto do personalismo, a abolição foi entendida e absorvida como dádiva, um belo presente que merecia troco e devolução”. Por isso o ato da Coroa Portuguesa favorecia-se de importância aproveitada pela ocasião, então obstruindo a real causa e a manutenção do povo recém-liberto, a abolição tinha um sentido a mais por acontecer. O Jornal Gazeta de Notícias, 14 de maio de 1888:

(...) em cada frase pronunciada acerca do faustoso acontecimento traduzia-se o mais alto sentimento patriótico, e parecia que vinha ela do coração, reverberações de luz. Contribui-se para a valorização de observar dois momentos símbolo da abolição negra no país com protagonismos e ênfases diferentes em torno do mesmo objetivo a liberdade.

Conta-se com a participação da elite negra e livre e letrada que auxiliava na comunicação de folhetins e publicações que denunciavam, instigava e criticavam pela participação do ex - escravo na sua liberdade. O principal alvo dos atos não estavam presente, pois sua maior liberdade era exaltada da sua maneira fugindo para o refúgio dos quilombos, onde era aceito e poderia exercer sua cultura seu modo de viver independente das leis ou do 13 de maio de 1888, sua resistência estava acontecendo.

Na obra Flores, Votos e Balas, Ângela Alonso explicou os três momentos evidenciados na participação do quilombola e abolicionista, acrescentando uma visão historiográfica baseada nas lutas parlamentares junto a decisão do sistema político vigente, “A abolição foi fruto de uma pressão social a gente precisa recontar essa história, dos heróis e heroínas que lutaram pelo fim da escravidão” (OLIVEIRA, 2006). Os abolicionistas explicavam os projetos mas exaltava a princesa, como José do Patrocínio:

(...) ninguém pode de boa-fé reprovar a atitude da imprensa em relação ao pensamento abolicionista, que há mais de quarenta anos atravessa todas as camadas do país, e que presentemente agita o espírito público sensato. Diante do direito positivo, que é a única base da escravidão, a escravatura está extinta de jure entre nós. (PATROCINIO, 1996)

Durante o enquadramento das leis que traçava o fim da escravidão iniciava-se em 1880 a eclosão do movimento abolicionista popular que estava sendo protagonizada nessas escritas e publicação ressaltava as fugas, revoltas e manifestações dos negros, sendo apoiadas nas lutas de reconhecimento, que posteriormente se une nessa finalidade de manutenção do poder.

Nesse período oitocentista consegue-se acelerar o combate a escravidão, nas lutas acentuadas pelos abolicionistas e seus projetos no parlamento. A imprensa e o sistema abolicionista se aderem em protagonizar de maneira diferente, mas não se deixa a população negra. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz que proíbe o fim do tráfico de escravos, em 28 de novembro de 1871, a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre que durante mais de vinte anos libertava os recém nascidos a partir daquela data, reconhecida como abolição parcial, em 28 de setembro de 1885 a Lei do Sexagenários que se alforriava os cativos acima de 60 anos.

(...) quanto a julgar a emancipação uma consequência de outras medidas e não o princípio da reforma de que carece o país, ainda a mensagem dá em falso, porque lhe perguntaremos se não recorda do que escrevemos: “não serão um preparativo os 12 anos e tanto da Lei Rio Branco, a propaganda abolicionista tão forte nos últimos 4 anos e ainda outros fatos que nos vêm à memória?” A nossa ideia é que depois de tantas leis temperadas, que têm preparado o terreno, venha afinal a decisiva resolução do problema... (Gazeta de Notícias, 10/12/1883)

Em 1888, com duração de cinco dias de debate no Rio de Janeiro, a Câmara dos Deputados tentava impedir o projeto de abolição com alguns votos contrários, mas superada no Senado com um gabinete montado para políticas monarquistas e pela Princesa Isabel que declarava extinta a escravidão:

LEI N. 3353 - DE 13 DE MAIO DE 1888: Declara extinta a escravidão no Brazil.

A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súbditos do Império que a Assembleia, Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º E' declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brazil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario da Tarde, 10 de dezembro de 1883)

Na restauração da abolição lutava-se pelo direito universal do homem, a liberdade. Reflexão incentivada como direito das humanidades, e ao mesmo tempo pediam por troca do sistema antes monárquico que se vangloriava pelos feitos da coroa portuguesa. Contudo os abolicionistas recorreram-se nas mídias na distribuição de imagens e informações que fortalecessem os caminhos até abolição, e uma emancipação efetiva. Os principais jornais tinham denúncias, poemas, casos de abandono, textos para desenvolver a consciência racial, que se retratava o atraso da escravidão, favorecendo a liberdade do cárcere, destruir as heranças racistas que abolição do 13 de maio não foi suficiente para romper.

Em contrapartida não se respalda a unificação do movimento abolicionista com os republicanos ou conservadores, mas acentuou a separação dos contrários a mudança do sistema. Ambos os lados existiam abolicionistas que eram favoráveis a coroa, mas que não favorecia a causa da princesa. Era fato ela está preocupada em manter o sistema monárquico, como por exemplo Rui Barbosa era um dos principais abolicionista do discurso emancipador liberal, os discursos estando produzido pela dignidade e cidadania.

Contrário à isso estava identificar o negro como fracasso, e terminado o sistema escravista deslegitima-se o sujeito discrimina-se pelo tom da pele, deixando o insuficiente. Assim depois da abolição, o negro não era vistos com heroísmo ou vítimas, era necessário ser praticante das ações da resistência, por que as leis não são garantias nem assistenciais, Reis e Silva(1995/1996) afirmam que não estavam na visão heroica da história como participantes do processo emancipacionista.

A escravidão privou o ex cativo de políticas de cidadania motivando a população negra por uma nova inclusão reformadora. As diferentes formas de protagonizar a ausência de letramento dos negros diferenciava-se no espaço da luta, e no contexto das diferentes formas de resistência. No que se refere a afirmação da identidade étnica, está se fortaleceu durante a trajetória dos quilombos, com o 20 de novembro que ressalta a morte de Zumbi dos Palmares, um marco do protagonismo da consciência negra de resistir na luta.

Pontuamos que o 13 de maio de 1888 referente a Lei Aurea foi simbolizada por conotações da força política. A mesma intensificada para fortalecer decisões no

parlamento e favorecer os atos da princesa e por atrás as atividades do movimento abolicionista. Portanto tais singularidades entorno da abolição resgatou lutas e contextos que fortalecem a população quilombola em está legalmente livre, mas não em todos os sentidos. Pois a consciência humanitária e os atos políticos construídos em torno dela foi por uma causa além da abolição mas de favorecimento pessoal e acordos vencidos.

3. RELUTAR POLÍTICAS ATÉ REMANESCER

“Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta.”

Sueli Carneiro - Fundadora do Geledés

Visto como reparador social, o movimento abolicionista no Brasil se instala com mais intensidade a partir dos anos de 1880. Existindo duas vertentes nas suas ações as políticas e as de rua. Suas representações se dividiram em dois espaços ligados a Corte e outra em mobilizações populares, e resistências dos próprios escravos. As principais alianças feitas em prol da libertação dos escravos aconteciam no pré-abolição e continuavam também no pós abolição antecedida por projetos que pretendiam emancipar os escravos com assistências inclusivas.

Articulador e estadista do império brasileiro André Rebouças aderiu as características abolicionistas advindas do educador Abílio Cesar Borges nas influencias da revolução francesa após os anos de 1830. Rebouças era filho de ex-escrava, nasceu livre e participante da elite imperial teve uma boa base educacional, se formou e era engenheiro civil. Em sua profissão de destaque participava de obras de grande impacto, projetos e planos de aceleração nas províncias do país. Mas ciente do seu posicionamento como negro em uma sociedade preconceituosa as discriminações não passavam desatentas.

Disseminou seu posicionamento abolicionista nas altas reuniões imperial, em eventos, ou produzindo discursos e comícios nos espaços públicos em prol da liberdade dos escravos. Dentro do período 1868 a 1879 retratado pela historiadora 'Ângela Alonso, na obra Flores, votos e balas (2015)'. O momento das 'Flores' nomenclatura que marca os atos pacíficos do movimento abolicionista na criação de

projetos emancipadores aos escravos de maneira propagandista de projetos que visavam libertar com assistência.

Todas as generosas e democráticas aspirações de colonização nacional, de migração, de subdivisão do solo e de emancipação esbarram-se em frente ao absurdo de nossa constituição agrícola. Para sanar estes gravíssimos males a ciência econômica hodierna oferece dois meios: um meio direto e infalível: o imposto territorial, baseado sobre a superfície ocupada; um meio indireto, de efeitos mais lentos, porém mais benéficos: - a larga aplicação dos novos princípios de centralização agrícola e industrial: engenhos centrais, fazendas centrais e fábricas centrais. [Tais princípios] têm sobre o imposto territorial as grandes vantagens dos meios indiretos sobre os meios coercitivos." (REBOUÇAS, 1838, p. 10-12)

Rebouças na sua profissão vivenciava espaços com grandes extensões latifundiárias, via o abuso das posses de terras centralizadas no monopólio e na mão de obra escrava. Daí instigado a aplicar debates e associativismos políticos entre a corte e a elite local para uma possível democracia rural. Começou a defender a abolição da escravidão sob a visão de reformador social, pois acreditava que a distribuição de terras, e divisão latifundiária do país seria as primeiras políticas para o desenvolvimento do ex escravo.

3.1 Propostas nas distribuições de terra e na distribuição de leis

Rebouças identificava que a cobrança de imposto sobre as largas escalas de terras tinha que ser necessária para a manutenção econômica do governo, e a distribuição de pequenas propriedades para as populações desprovidas e os ex escravos. Acreditava que a distribuição de terra para a população negra propõem a liberdade produtora, daí ele criam sua própria autonomia econômica e subsistência familiar. A aplicação desses acessos para a inclusão do negro era a saída das desigualdades, dando garantias e assistências. Assim a sociedade construiria a imagem do corpo escravo para além, trabalho forçado, mas sendo parte da estrutura de cidadão brasileiro.

A abolição não era apenas libertar sem dar manutenção e sim estabelecer oportunidades. Os abolicionistas faziam discursos de ruas, atos de alforrias em praça pública, distribuição de rosas que retratava a paz da ação. Propor estratégias de superar a escravidão, de estancar as aristocracia, de tentar mudar o pensamento anti humanístico da escravidão, pois as discriminações raciais existiam de maneiras

legalizada até abolir. Nesse sentido os clubes abolicionistas se juntava a comoção popular que adentrada no movimento.

Assim incentivam mais encontros de libertos e abolicionistas em várias províncias, dando singularidades em cada contexto histórico. Criaram-se mais de vinte associações abolicionistas pelo Brasil em discursos que favorecesse moradia, saúde, educação e liberdade para os escravos no Brasil, pois a única lei que se aplicava era a de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz) apenas o fim do tráfico externo.

Mas o tráfico interno era alarmante dentro do país, assim sendo as alianças se expande em estrutura forças para uma real abolição. Dentro do parlamento o abolicionismo estava sendo defendido por Joaquim Nabuco de Araújo em 1879, eleito na bancada abolicionista, adveio de uma família também elitista, sua base constituiu-se no parlamento. Era também aliado a Coroa Imperial, Joaquim Nabuco estava determinado a propor leis que não prolongasse o cárcere da população negra, antecipava a Lei Eusébio de Queiroz combatendo o contrabando externo de escravos no Brasil.

Com isso Nabuco, estava nos bastidores, e na formação da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, pedia pela libertação dos filhos de escravos, sem indenização e sem tutela, enfatiza a lentidão de abolir, pois aos impedimentos da elite agrária estavam também no parlamento. As propostas e projetos de libertação que o abolicionista lutava era por condições de moradia, educação e saúde. Nabuco tinha seu posicionamento político dito monarquista, a libertação do escravo seria melhor com indenizações pelas estratégia de não ter desavenças com os escravistas sendo contrário aos republicanos que pretendiam modernizar o país e romper o sistema escravo.

Joaquim Nabuco descontente da situação política brasileira retratava a escravidão como atraso econômico e humanitário. Identificava que o desenvolvimento de uma pátria ou uma nação dentro do sistema escravo não exerce dignidade econômica e cívica, pois é o próprio retrato do atraso. Em 1880 inicia-se o momento histórico chamado de 'Votos', Joaquim Nabuco consegue se politizar-se contra a escravidão pressionando as atitudes do governo, em acelerar o processo de abolição (ALONSO, 2015).

Como forma de promover a unificação dos discursos de emancipação dos escravos, expande-se através das associações antiescravistas. O abolicionismo era marcado como o primeiro movimento social brasileiro, abrindo atuações em diferentes

espaços, e classes sociais tendo como membros fundadores Joaquim Nabuco, Jose do Patrocínio, André Rebouças e Luiz Gama, sendo os primeiros de muitos a se aliançarem a causa da população negra, sendo a própria diferença de que os negros podem se caso obterem as oportunidades.

De acordo com Alonso (2015) se aliaram na primeira associação 'A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão' feita na bancadas abolicionistas do parlamento. A Lei do Ventre Livre em 1871 atingiu parte da população cativa, viabilizando uma abolição gradual, pois os que ali nascessem eram livres, impedindo a continuidade de ter escravos internos, e de políticos abolicionistas já que Nabuco foi tirado por não ser votado pela elites agrarias descontentes. Apesar da conquista a derrubada de Nabuco fez a falta de representatividade no parlamento, que inviabilizava a participação abolicionista no processos das leis.

Entre os tempos de votação e nos discursos da Câmara dos Deputados eram perseguidos, as milícias escravistas entram desacelerando a abolição no parlamento, assim o cenário de divulgação da causa abolicionista muda, indo para as práticas. Contudo as estratégia de aderir mais votos, ou concentrar nas ações de legislar pelos escravos, estava sendo barrada no parlamento, mas as ações dos escravos em fazer sua própria saída continuava acontecendo. Em 1884 a abolição chega na primeira província do país, no Ceara. Pelas ações do Dragão do Mar e a associação de jangueiros, junto ao governador da província que adentrava nas associações abolicionista se aliando a causa, batizam de Ceara- Livre.

Acrescentando-se na luta mais vivenciada, Luiz Gama monta sua estrutura em ser modelo da luta escrava. Filho de ex escrava nasceu livre, mas foi reescravizado pelo pai, fidalgo português. Dentro da suas tarefas como escravo, se alfabetizou, se tornou autodidata e se autodefendeu do cárcere durante sua reescravização ilegal, se tornando livre, advogando e militante contra o cárcere.

Luiz Gama observava as leis metafóricas em legislar e nas aplicações, assim a ação jurídica foi seu forte como advogado. A Lei do Ventre Livre outorgada desde 1871 o benefício de vários escravos que iriam sair do cárcere. Assim medida que impedisse a reescravização ilegal foi feita por Luiz Gama que fomentou a ação para vários negros desprotegidos pelas leis não efetivadas. Destinou várias defesas a negros pela liberdade em busca da alforria, diante da lei do ventre livre. Advogava-se por sua pratica abolicionista aplicando maneiras de acelerar a abolição e o fim da escravidão. Luiz Gama direcionado a ação jurídica pelas leis outorgadas e não

praticadas quando o sujeito era o negro enfrentava o judiciário contra as ineficiências pela cor da pele.

3.2 As colaborações jurídicas e o alavanque da mídia abolicionista

Em defesa da não reescravização dos negros, que desconheciam seus direitos, a maneira que tinham sua alforria ou ter sua liberdade era através das fugas. Algumas direcionadas, ou esconderijos até sua saída do cárcere, o quilombo era seu principal destino. Táticas que marcam o momento chamado de '*Balas*' (ALONSO, 2015) teve atribuições práticas e enfatizadoras, os abolicionistas partem pra ação. Os cenários se alteram, mas alianças só se fortificam no 'movimento de rua' atuando na luta pelo direito da liberdade, contra os escravistas tomam conta da mídia e das assistências a fuga dos escravos para os quilombos.

Dessa maneira o uso da comunicação incentivou os atos, publicações de cunho ideológico, e representatividade na política sendo pressionadas, o movimento de rua mostrava se revoltoso diante da situação em manter os sistema escravo brasileiro se aliançaram nas mídias até se chegar a opinião popular.

Uma das maiores burlas dos nossos tempos terá sido o prestígio da imprensa. Atrás do jornal, não vemos os escritores, compondo a sós o seu artigo. Vemos as massas que o vão ler e que, por compartilhar dessa ilusão, o repetirão como se fosse o seu próprio oráculo. (NABUCO, 1886)

A imprensa era a principal fonte de divulgação da época, porem a população em sua maioria analfabeta. Alguns tomavam de saída as informações por imagens, poemas e sátiras que informava, sobretudo da situação da política abolicionista. Os posicionamentos ideológicos estavam incentivando a formação de jornais, periódicos e publicações autorais que disseminava a ideia individual para coletiva, conseguindo aderir intensidade da causa abolicionista.

Com grande relevância Jose do Patrocínio se destaca na imprensa abolicionista, negro e filho de ex-escrava com um vigário, se educou nas bases da igreja. Teve uma ideologia humanística que atuou no espaço público da época como escritor e jornalista crítico. Na sua formação pretendia cursar medicina, mas pela discriminação racial, foi farmacêutico, fez as primeiras publicações em periódico estudantis '*Os Ferrões*' que iniciou suas primeiras denúncias sociais.

Patrocínio no seu trajeto profissional iniciado como professor, mas a carreira jornalística chegava com '*Gazeta de Notícias*' em 1877 assinava com o termo '*Prudhomme*' em suas publicações criticista pedia por reformas sociais. Em português '*pros homens*' direcionava principalmente aos escravistas, as denúncias do sistema político e escravo vira aval nas publicações pela emancipação dos escravos. Engradecendo seus discursos entra na causa abolicionista em 1879, respondendo a coluna da '*Semana Parlamentar*', onde estabelece contato com Nabuco na área política.

Duas perdas em 1881 transforma-se os espaços de ocupação dos abolicionistas falece dois membros da sociedade abolicionista Ferreira de Menezes e Luiz Gama virando redator chefe do '*Gazeta da Tarde*' travando junto a Associação Central Emancipadora: Lopes Trovão, Teodoro Sampaio, Paula Ney parte responsável da abolição do Ceara. Se tornar o jornal mais famoso da capital do império escrevendo manifestos abolicionistas junto a Joaquim Nabuco e André Rebouças na Confederação Abolicionista em 1883, debatendo ações junto a população cativa com destino ao Ceara Livre, estavam conseguindo visibilidade a libertação da população negra.

Dentro do momento histórico chamado de '*Balas*' (Alonso, 2015) não via políticas nem assistência aos escravos, protagonizava estratégias de apoio as fugas, encontrar refúgio, e alimentação para os negro saturado pelo atraso. As leis afirmava que "os abolicionistas sinceros estão preparados para morrer" assim disse Patrocínio, pois os embates entre escravistas e os abolicionistas estavam mais hostis.

Nas suas poesias e poemas baseava-se nas mazelas sociais retratava o esgotamento dos recursos naturais no Ceará visto em suas visitas na cidade abandona pelo estado, a fome, falta de educação, saúde e sem moradia ficou destinada a população que tinha pouco recursos, dando espaço pra pobreza em sua maioria a população negra. Denúncias sociais que se aderem ao preconceito racial embutido pela falta de assistências a população pobre e negra do Brasil monárquico.

O auge de Jose do Patrocínio na imprensa estava na importância de comunicar sobre a imagem do negro nas suas notícias de visibilidade, não como uma ameaça, mas como um possível cidadão. Continuava nas denúncias sociais causadas pela escravidão. Em 1887 quando deixa o '*Gazeta da Tarde*' funda o '*Jornal Cidade do Rio*' com as maiores pressões e efervescência em seus textos e publicações antes

republicanos se transformaram em monarquistas, pois via as possíveis transformações advindas pela Coroa.

A valorização dos atos da Princesa Isabel criou apressos por Patrocínio e outros abolicionistas. Assinar a extinção da escravidão em 13 de maio de 1888 foi um ato protagonizado pela Coroa, porém propagada por muitos. José do Patrocínio era o principal disseminador da notícia na província “o jogo foi todo interno” e a “iniciativa foi sem dúvida da Coroa” (CARVALHO 1996. p. 289). Deslegitimando a ação dos escravos em resistir, a redefinição dos espaços e hierarquias sociais que o escravo vai passar ao se tornar cidadão ficou marcada de desigualdades até os dias atuais.

Agregou-se uma abolição sem integração, as condições dos negros não foi favorecida de igualdade teve seus resultados por segregações. O Estado e a população brasileira faziam festejos, bailes festivos, mídias enaltecendo atos, viam-se empenhados na reforma da máquina estatal em manter a monarquia, e outros pediam pela república. Os escravistas e revoltosos com a situação se aliam ao movimento republicano, preocupados em ordenar a industrialização e o progresso da pátria às políticas inclusiva do ex-escravo ficou a desejar, despreocupados com a integração do negro na sociedade.

3.3 Da abolição para uma transformação desassistida

Os produtores agrários, empresários e latifundiários que detinham recursos econômicos não quisera aderir os recém libertos, ressentidos com a perda, e desqualificando o negro no novo sistema de trabalho. Desabilitando mais uma possibilidade de ascensão da população ex-cativa. Não aceitavam as práticas de abolir, pois esse era o sistema que os mantinham o mesmo que fez decair, em divergências só dificultava a inserção negra: “Não tomava posição ao lado dos que trabalhavam em favor da libertação dos escravos, porque era mais amigo da sua pátria do que do negro”. (Apud BAKOS, Margaret Marchiori. 1982 p.63).

A desavença que o negro adquiriu por cair no desuso da sua mão de obra faz com que o alforria se torne mais dolorosa do que o cárcere, sem alimentação, moradia, saúde ou condições financeiras de se manter, abolição não obriga o ex senhor a sustentar o liberto deixando sem assistências de reparação social.

Um ano após a extinção da escravidão no Brasil, em 1889 a Proclamação da República se despreocupava com as inclusões sociais e focava-se no novo

investimento de industrializar o país. A nova importação humana para o Brasil tinha objetivos raciais e econômicos, desvalorizando a população negra que já estava inserida dentro da nacionalidade brasileira, porém foi se jogando as margens. Os emigrantes em 1902 no Brasil assumem atividades de operariado ou pequenas produções e manuseio de maquinário “os imigrantes representavam maioria dos trabalhadores na indústria: 52% continuavam sendo estrangeiros, e, dentre os 48% restantes, a maior parte era filho de imigrantes” (KOWARICK. 1994 p. 93).

De acordo com Simões (2005) um interesse das elites pelos emigrantes por conhecer as técnicas da industrialização, e o manejo da alta produtividade rendia lucro. O capitalismo restaura o sistema econômico brasileiro antes escravista, agora capitalista industrial com mão de obra ‘livre’, com oferta e demandas, nacionais e internacionais em seus produtos. O ápice da emigração estava entre os anos de 1889-1914 que em sua maioria italiana, espanhola, alemã, síria e judia se alojaram principalmente na central das cidades.

Daí habitaram e continuaram trabalhando na agricultura, pecuária, e fazendo especiarias diferentes tinham técnicas de desenvolvimento moderno. Em sua maioria estavam alocados na parte central do país na região Sul e na região da capital, enquanto que a população negra caía na invisibilidade, e se segregava para os sertões, as regiões do nordeste, partes interioranas, se agregando, tomando posses ou em formação de novos quilombos.

Para os ex-cativos o afastamento demográfico se ampliavam para a região Nordeste, causando um distanciamento espacial e político. Principalmente para as regiões quilombolas que sentia com mais intensidade as desigualdades e o desenvolvimento não chegar. Em suma para toda população negra, principalmente as dimensões, de moradia, educação saúde lhe fora negado, se internalizaram nas pequenas produções para sobreviver mantimentos rurais, rústicos, agrários, roça, carpinteiro.

Ressalta-se que a sociedade elitizada e o Estado brasileiro sob um governo de regências, entrando para o Governo de Vargas em 1920 ainda acrescentava preconceitos de discriminação da vivência e inclusão do negro, uma tal de democracia racial, que nunca foi efetiva. Afastado da socialização e da cidadania, o ex-cativo era visto como incapaz de desenvolver sua formação ficando destinado a ter que manter tudo através da terra. Tinham descaracterizações mascaradas, tinham pequenas

exceções que os negros que eram cedidas oportunidades através da população branca brasileira.

Assim apaziguavam os maus condicionamentos e firmavam o mito da democracia racial, em que descaracterizava a importância de falar do negro, pois todos estavam inclusos nas mesmas oportunidades por igual. Tamanha contradição generalizavam as condições como se não houvesse discriminação, pois todos estariam no mesmo nível, no mesmo tom de pele, nas mesmas oportunidade. Na verdade a miscigenação se dizia a própria inclusão afro brasileira, feita pelos negros e os emigrantes europeus.

“(…) o ideal de branqueamento tornou-se parte do projeto das elites dominantes para transcender o subdesenvolvimento. O ideal (...), já presente no pensamento abolicionista, não só era uma racionalização ex-post do avanço do estágio da mestiçagem racial da população do país, como também refletia o pessimismo racial do fim do século XIX.” (HASENBALG, 1979, p.238).

A elite procurava substituir o ex-escravo e manter a concentração de terras em seu controle. Um país que cria incentivos para o emigrante se promover, com a falsa ideia da miscigenação trazer a democracia racial. Ela deixava a outra parte da população (ex-escravo) desassistida por não ter acesso a cidadania e a terra para sobreviver reformulando outros espaços a subalternidade para a população negra:

(...) governo a promover a colonização estrangeira localizando-a onde achasse conveniente: estabelecimentos agrícolas, trabalhos dirigidos pela administração pública, ou formação de colônias. Certamente, o objetivo não era apenas carrear estrangeiros para substituir diretamente os escravos nas lavouras ou criar núcleos de povoamento com funções específicas de ocupação e defesa. Havia um propósito 2mais ambicioso de superação do trabalho compulsório e, conseqüentemente, de formação de uma nova sociedade espelhada nos padrões europeus, na qual a contribuição dos imigrantes seria fundamental”. (GONÇALVES, 2008, p.127)

De acordo com A. Guimarães (2001), a questão racial sustentada pela política da República Velha, em 1930 no governo Vargas, formava uma elite baseada nas Ciências Sociais de Gilberto Freyre, mas rompida pela necessidade de equipara o conceito de raça e formar mobilidade para os discursos dos desassistidos, os ex cativos. Os braços negros sustentavam a economia do país durante 131 anos atrás no sistema escravo brasileiro, e ainda manter subalternos as oportunidades.

Restaurou-se as condições da população negra ex escrava, os latifundiários aproveitava o sistema de servidão feito pelos negros sem garantias e sem trabalho cria-se novas relações imposições que o negro estava sob uma nova forma de dominação. O negro fica agregados as terras dos fazendeiros em troca de pequenas maneiras de sobreviver, diante disso Monsma (2000, p.100) “incentivada pela cultura dos subalternos, impõe limites aos poderosos e frustra muitas de suas ambições, a longo prazo condicionado, igualmente ou até mais que os movimentos sociais, as formas de extração e dominação”.

Por conquistarem a liberdade os negros visavam à autonomia de seus atos, porem o descaso e abandono social lhe atribuiu falta de reconhecimento e território. Condicionando as mazelas da pobreza sendo validas novas formas de ter garantias e de relutar e resistir. Segundo Bourdieu (1998) existem diferentes formas de agir ao se envolver em uma ação social, pois dependem das práticas culturais desenvolvidas no ‘habitus’ respondidas e relutadas nos descendentes quilombolas que resiste por melhorias nas estruturas sociais.

Ainda refém do proprietário o negro se restringe a mão de obra barata condicionada pela sociedade que se entende por não ter outra saída, ganha pouco e produzir pouco do sistema capitalista. O trabalho continuava árduo sob obediência das elites que monopolizaram os latifúndios e as plantações, sem distribuir os meios de produção.

Era dever do Estado, as tentativas do período oitocentista até a proclamação da república era de propagar políticas de inserções antes ressaltadas pelos abolicionistas. Nos eixos da reforma agrária, educação, e assistência jurídica, o reconhecimento de sua identidade e livre manifestação cultural para as comunidades recém-saídos do cárcere seriam formas de emancipar a população negra.

Sem condições de se manter ou produzir o negro liberto trabalha pela subsistência a sujeição repaginada, “o colono era obrigado a cultivar e manter o cafezal limpo devia ter disciplina, não abandonar a fazenda sem avisar e saldar suas dívidas, sendo que a autoridade local deveria decidir sobre as tensões não resolvidas” (Viotti, 1997, p.124). Ressaltar que alguns donos garantiam pequenas posses, ou invadiam parte da terra recriando novos sistemas de manter a o negro liberto, livre em seu pedaço de terra também.

Firmadas por Florestan (1920) na sua clássica obra: ‘A integração do negro na sociedade de classes’ a inclusão do negro abafada pela suposta ‘democracia racial’,

a miscigenação não equipara as desigualdades, apenas se prolonga a harmonia entre as raças em prol da não revolução. O mito da democracia racial suaviza as constantes discriminações e exacerbação do racismo afastando as vivências e aproximando as segregações, criando subclasse que ainda aparecem no descaso. Daí em sua maioria os dados estatísticos no IBGE retratam a participação afrodescendente em resultados à margem do percentual, ficando a margem, (Andrews, p.32,1991):

Seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.

Na modernidade do sec. XX a luta e resistência negra se embate na busca da participação política. Em 1888 após a lei Áurea ser outorgada o termo ‘*Quilombo*’ sai da Constituição Brasileira, pelas políticas conservadora e discriminatória da aristocracia rural, situado no Governo Provisório. Inseridos na continuidade dos movimentos associativos as comunidades negras, resistem na nova forma de inviabilizar e oprimir a população negra, sem assistências e garantias de melhoria de vida como cidadão afro-brasileiro. Sendo dominadas de comunidades remanescentes segundo a CONAQ (2018):

O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias e heroicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica.

Altera-se os termos da nova ressignificação do termo quilombo como cenário de atuação e resistência em constata mudança. A garantia de unificar debates do território com a identidade fomenta questões que não se desassociam e que demostre garantias para ambos. Nesses grupos são encontrados parentescos com ex cativos que lutaram pela sua liberdade, características culturais, dialetos, manejo da terra, e singularidades que as nossos descendentes utilizaram pra sobreviver.

A mobilização racial articula meios de defender o direito dos negros, na imprensa Negra com os Órgão dos Homens de Cor (1899); O Menelick (1915); Clarim da Alvorada- SP (1924); A Raça (1935) denunciando as mazelas que pedem por soluções para a população negra. Durante os início do sec. XX os antigos contratos do trabalho continuam na dinâmica social pedindo por reformas e restauração para

ser inserido. Esperando ascender socialmente o negro não desfruta de emancipação, mas sim de pequenas superações que se aliaram também no pós-abolição dando continuidade em aderir políticas de assistências a população negras no Brasil e em suas capitais.

4. DOS DIREITOS NACIONAIS AS CONQUISTAS NO MARANHÃO QUILOMBOLA

“O Quilombo é memória, que não acontece só pros negros, acontece pra nação.”

(Beatriz Nascimento- Historiadora)

A mobilização racial define uma continuidade dos relevantes movimentos de resistência contra a opressão. Determinadas ações que pretende aplicar melhorias as comunidades negras são vistas pela presença nas atividades que formalize a cidadania e de seus direitos. Além dos resultados demonstrados do ex cativo não sendo favorecido e não participar das ações no Estado brasileiro, é preciso resgata-lo novamente.

Tradicionalmente esquecido pelas políticas públicas falhas e destinadas a resistir e volta-se a lutar pelas suas conquistas, a colaboração pela territorialidade e identidade é repensar o percurso de luta anteriormente analisado. Continua-se com o destaque da imprensa enfática ao se tratar do ex escravizado, estas publicações retratam a imagem que pedia por cidadania e dignidade de se viver bem, batizada de ‘Imprensa Negra’ os principais: Órgão dos Homens de Cor (1899); O Menelick (1915); Clarim da Alvorada- SP (1924) A Raça (1935).

Encontros e reuniões que também contava com a participação das mulheres assíduas nos debates e ações pela equidade. Fizeram sua organização criando a Sociedade Brinco das Princesas (1925) em São Paulo, representada pela figura de Leila Gonzáles também fundadora do MNU Movimento Negro Unificado ícone na luta dos direitos. Denunciavam mazelas que a população negra passava em aspectos territoriais sem habitação, produção, ausências educacionais que dificulta o negro de se qualificar e empregar-se, perseguições nas manifestação cultural e religiosa, bases do direito humano sendo reprimidas por processos anteriormente negados e nunca desfeito. Consequentemente a busca por identificação e direitos como cidadãos brasileiros formam conjuntos de associações que pressionam os poderes

governamentais, várias partes do Brasil articulam em prol da cidadania do negro (Domingues, 2007. p.103):

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos(1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; *em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (DOMINGUES,2007).

Uniformizaram um discurso que buscava aplicações de leis para as mazelas no país, sendo incitação para os resultados que o negro estava situado as margens da sociedade. Surge a Frente Negra Brasileira (FNB) aproveitando as contextualizações da imprensa negra em 1931, dando ênfase ao movimento de massa. Aglomeraram-se em 23 cidades em 1948 e dois anos depois recebidas pelo Governo de Getúlio Vargas em 1950 a oportunidade de serem debates de políticas a favor do negro no parlamento.

4.1 Novos abolicionistas no movimento da Constituinte

Projetada em uma Assembleia Nacional Constituinte com apresentação de um projeto anti- discriminatório, as táticas que impedisse a desvalorização das pessoas de cor era o principal embate a ser vencido. Fatos marcantes como em 1951 por uma bailarina não aceita em um hotel em São Paulo, pela cor da pele. Recorrente a tal episódio os primeiros encontros parlamentares tratando sobre as desigualdades raciais foram rasamente instigado por Getúlio Vargas em 1952.

Debates pouco citados e as invisibilidades dos direitos de toda a população negra independente do lugar de ocupação é relaxado nas patentes do Estado. As retaliações só aumentam com a Ditadura Militar em 1964, desestruturando todos os agrupamentos e ativismos raciais, não aceitos durante o governos opressor.

Assim as formações em prol da resistência negra, se compõem em novo viés abolicionista contemporâneo. Destaca-se contra a repressão das populações negras na figura de Abdias do Nascimento com a formação o Teatro Experimental Negro (TEN) em suas primeiras aparições em 1944 até 1961. Feitas com dramaturgias e experimentação que retrata a vida do negro como empregado doméstica, nas associações de imagem, os símbolos religiosos e debates culturais. É importante

lembrar que a descrição clichê do negro na pobreza, a falta de educação, sem saúde não faz parte das socializações como cidadão ele mesmo se sente provocado pelas próprias ausências que o Estado direciona-o, segundo Weber (2004):

(...) grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no habitus externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração e nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação das relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva” (Weber, 2004, p. 270)

Abdias do Nascimento desenvolve apresentações do TEN como táticas de reconhecimento das discriminações, tinha produções de cunho denunciativo, aprendido pelas diferentes censuras do governo militar o destino foi o exílio pra não provocar reformas, não incomodar o sistema opressor. Abre-se a discursão pelas ausências do negro na sociedade, articulações que se insere em 1970 repetidas por tragédias e discriminações raciais novamente registrada na tortura e morte de ‘Robison Silveira Luz’ jovem negro, acusado de roubar frutas em uma feira’, sem defesa se torna mais uma vítima de barbáries históricas sendo repetidas.

Firma-se representações negras com o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, referência para inserir as conquistas nacionais, estaduais e municipais seja ela no campo urbano ou rural. Conquistas que possam expressar garantias, em protestos e produções no meio público e privado, ocupações e manifesto que denunciavam e informavam as desassistências que o negro estava inserido. Eram divulgados nos bailes, grupos musicais, nos esportes, escolas, universidades, festivais, artísticos unificados no discurso pela causa do negro como uma proposta ideológica na nova constituição brasileira.

Esta alocação de direito na constituição respondeu ao anseio social de se retirar da invisibilidade essa parcela da população e ao mesmo tempo representou em movimento inovador do estado brasileiro. Essa inovação, aparentemente não totalmente digerida pela sociedade brasileira e pelo ordenamento jurídico nacional até hoje, faz parte de um movimento que ocorre nas américas (Machado, 2012, p.17).

Instalam-se em 23 (vinte e três) Estados reivindicações, de acordo com Domingues (2007) uma quantidade de 10 estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná formam discursos impulsionadores). Anteriormente em 1886 a

Conferencia Nacional do Negro em Brasília- DF com o tema ‘O Negro e a Constituinte’ questionava o significado e a referência do termo ser negro, se auto reconhecer, a sua identidade era necessária.

A territorialidade a sua simbologia, “terras de preto”, ter seu direito, e respeito a sua tradição, antecidos de direitos sem efetivação, tal lei não garantia a terra aos descendentes dos quilombos falavam de igualdade contrastando com as segregações existentes:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade

Em 1888, as ações para efetivar a Constituição era representada na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), com 559 congressistas e Ulysses Guimarães na presidência, pede por reparação por atos e ações compensatórias e democráticas. Visando diminuir desigualdades das população negra e tradicional projetos já existentes que delete as discriminações resultados de preconceitos e invisibilidade advindas do período escravista.

Assim é necessário reparar as distinções raciais por oportunidades democráticas no exercício da cidadania. Os parlamentaristas da bancada negra em 1888 tinha ênfase em criminalizar o racismo e a titulação das terras remanescidas de quilombolas aplicadas no:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O direito de posse, e ocupação dos descendentes de quilombo foi conquistado diante de um percurso de longas lutas que incentivam a permanência da cultura e das identidades dos povos tradicionais que são heranças da nossa nação.

4.2 A ‘Constituição Cidadã’ de 1888 fortalecendo o art. 68

Somam-se alianças de sindicatos, movimentação popular e os partidos políticos incorporados em efetivar propostas já incitadas por Nabuco no período imperial do Brasil, é revivida na bancada negra, Abdias do Nascimento e Benedita da Silva que ressalta: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade!”. Foi a primeira senadora negra eleita, insistindo nas

conquistas de reformar a Constituição Brasileira, junto a implementação do direito a toda população negra os grupos sobrevivente dos remanescentes quilombolas. Tinha com propósito de chamar atenção nas mídias e o parlamento formalizando ações que reparem prejuízos historicamente herdados aos povos mais afastados, e tradicionais.

Popularmente conhecida como 'Constituição Cidadã' de 1988, a inclusão das minorias depois de um século após a escravidão legalizada, concretiza-se políticas constitucionais e esperam-se as práticas. Através do artigo 68 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias(ADCT) que afirma "os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988)."

Assim as terras quilombolas poderiam usar seu direito pela sua territorialidade garantida por leis previamente embatidas, dando importância e respaldo as implementações as comunidades quilombolas que vive da terra. Fora-lhe dado para o melhoramento de condições nessas comunidades tanto na posse da terra, mas maneiras de sobreviverem com os direitos básicos e suas manifestações culturais. O Decreto presidencial 4.887/2003 regulamenta o procedimento para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

As demandas do movimento negro foi ativo na questão racial, salienta as conquistas pelas comunidades quilombolas com direitos de reafirma o território como necessidade, e base de sua permanências. Salienta-se a identidade e o registro firmado em políticas constitucional do art. 68 implementada pelos decretos que deliberam a liberdade de livre culto, livre uso.

E necessário restaurar conceito e formular políticas para colaborar e resistir como nossos antepassados. O seu território com assistências que possam manter a cultura afro brasileira viva, pode ativar melhorias com a instalação de programas rurais, educação de base e programas de formação. Possibilidade essa de diminuir as desigualdades raciais até que elas possam deixar, de existir, e incluir a população quilombola nos eixos de democracia efetiva, mesmo que a luta não se acabe.

Ativadas principalmente nas problemáticas raciais, as ofensas destinada a cultura quilombola também foi alvo de revoltas, que se espelham em supremacias discriminatórias. Assim o Brasil reconhece suas heranças racistas feitas em suas práticas de oprimir a raça negra seja ela direta ou indiretamente. Somando-se a

aplicações de reformas territoriais, e livre manifestação cultural contempla-se os Art.215 “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Mesmo em meio tempo a distância histórica marca lutas e conquistas que se somam 400 anos pós-escravidão, mas desigualdades continuam a se reproduzir. A interpretação do Art. 68 do ADCT não pode ser feita sem levar em consideração outros artigos da própria Constituição, de maneira especial. As lutas de efetivar os artigos 3º e o 5º destaca-se a falta de aplicação e efetividade para os quilombolas. A lei é pela igualdade, porem segregam-se grupos por status social, cor da pele, e gênero ferindo para além de leis, a democracia.

Distanciando o desenvolvimento social e as politizações de reparação histórica assim aderimos resultados na pesquisa de campo às tentativas de resistência. Ainda tenta-se erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, as garantias do território para o quilombola é maneira de transmitir e se identificar sua origem e descendência.

5. OS REMANESCENTES E SUA IDENTIDADE: Cenário maranhense e região Codoense como aplicação de lutas e direitos

“O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais.”

(Conceição Evaristo – Escritora)

5.1 Os caminhos da titulação pela formalidade

Os descendentes de quilombos é um grupo que esteve inserido em conquistar seu espaço. Estando inseridos dentro do conjunto de experiências e práticas reconhecem sua ancestralidade, vivem por suas identidades e sua herança cultural. Permitindo a construção do novo lugar de consciência, e de território que enfatiza o seu registro na luta. Permitindo o reconhecer do termo remanescente como sobreviventes da luta e resistência estas população ainda insiste em se manter. Para

além das lembranças históricas dos quilombos, os remanescentes formam um novo modelo de resistir:

“Um significado trans-histórico que o destituiu dos marcos cronológico ou espacial rígido –, propiciando a sua correlação ou relação de continuidade com os direitos pleiteados durante o período recente de redemocratização do país (Leite, 2008. P.975).

Advindas de um trajeto agregado de resistência o Estado do Maranhão foi palco de grandes vitórias da comunidade negra. Onde buscamos entender as vivências dessas leis nas Comunidades Quilombolas da Zona Rural de Codó. (No qual seis patentes ficaram responsáveis do engajamento constitucional nomeados de ministério Desenvolvimento Agrário, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Advocacia Geral da União); Fundação Palmares FCP e Funasa e por fim o INCRA com a demarcação e regularização fundiária final.

Ressemantizar e remanescer aparecem na Carta Constituinte como afirmação de um momento histórico em reconstrução. Na década de 1990 situa-se o termo quilombo como principal vestígio das vivências do negro, e revive-se nas suas peculiaridades, regulamentada pelo órgão oficial da Fundação Cultural Palmares (FCP). Destinado a reconhecer a afirmação de pertencimento do grupo quilombola o órgão responsável pela identificação, tombamento e laudo antropológico, “reconhecidos como remanescentes de quilombos através da FCP, tão logo se regularize o artigo 68” Ass. Brasileira de Antropologia (ABA, 1994).

A necessidade de construir uma formação pessoal de reconhecimento da comunidade, também se formaliza os termo comunidade remanescente se auto identifica na aceitação previa do espaço que estão inseridos. O documento não representa só a posse da terra, mas construir uma base dentro de conhecimentos do seu lugar, ao se sentir ameaçados, por isso o complemento identidade também condiciona o uso da territorialidade a seu favor:

[...] a territorialidade se constitui num forte fator de identidade. Ela envolve as relações com os recursos naturais e contribui para que os aspectos culturais se consolidem. Não pode ser, pois, reduzida a simples noção de terra (BARTH, p.195,1998)

Desta maneira os documentos da FCP nas comunidades remanescentes não oficializam, mas alerta o percurso da validade. São partes e singularidades antropológicas que pertenceram a tal lugar, e culturas que precisam de registros e continuidades para não se perderem, pois já carregam estereótipos de ultrapassados,

antigos, isolados ou inexistentes são conceitos da escravidão, mas que foram modificados.

5.2 As organizações do movimento negro maranhense pela emancipação e luta de direitos

As vivências construídas no movimento negro no Maranhão em 1988 caracterizam o uso da terra em comunhão, chamada de “Terras de Preto, Terras de Santo”, destinava-se a produção mutua com finalidade nas comunidades coletivas. Domínios esses que foram doados, abandonados e invadidos pelos ex-cativos, que estavam sem espaços depois da abolição. Alguns proprietários da região maranhense formalizavam a doação de terras.

Outras maneiras de distribuição foram pelo ex-escravo nas prestações de serviços, valores simbólicos, em não abrir mão da terra desocupada posteriormente sendo expulsos na região do Maranhão. Resultando no alargamento da pecuária, novas produções agrárias e produção de Cacaos, o pós-crise as migrações e as instalações no território maranhense ficam em foco. Pois as alianças de trabalho servil ou abandono das terras eram logo reocupados pela precisão da população negra em sobreviver.

Desta maneira a volta pela reivindicação de apropriação do termo quilombo e a posse do uso da terra foi fomentado em 1995, o projeto Vida de Negro com o tema “Quilombo e Terras de Preto no Maranhão”. A intenção estava no pedido por cidadania das comunidades Negras, principalmente nas áreas de remanescentes quilombolas, reconhecendo a ação do Estado. Assim discutindo reforma agrária e democratização dos meios naturais que é fonte de sobrevivência das comunidades tradicionais. O Ministério da Reforma Agrária eram ligados por obrigação de reconhecer esse tipo de posse, que não se encaixava nos órgãos fundiários em categorias de classificação e demarcação. (ALMEIDA, 1999).

O Maranhão se torna destaque pelo maior número de comunidades negras instaladas, atuante nas novas lutas pela garantia dos quilombos, Mundinha de Araújo foi destaque junto a agrupamentos organizados com a criação do Centro de Cultura Negra (CCN)- MA. Instigava os debates de identidade e território, pois conforme foi o crescimento nas capitais também se alargava para a população negra residente das zonas rurais do Estado. Formando mais comunidades remanescentes sob os

argumentos que influenciaram a conjuntura nacional formando a Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas-Maranhão ACONERUQ-MA no qual se destina a mobilizar o governo para atuação jurídica de seus direitos territoriais lutados e conquistados na Carta de 88 nas regiões da baixada e dos interiores do Maranhão:

“No Maranhão, em abril de 1995, nasceu a Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses, que, em novembro de 1997 deu origem à Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUCQ. (TRECANNI, 2006.Pg.120).

Assim fica disposto a integração do Maranhão na Associação e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negra dos Quilombos- ACONERUQ, as preocupação em engradecer a participação do estado para as políticas nacionais, é a garantia de suas reivindicações cumprirem as demandas do estado com uma população grande de quilombolas. O Maranhão emerge no movimento quilombola com o aumento das associações pressionando o cenário político pela aplicação jurídica do art. 68 e as suas implementações e para fortalecer o território, seu registro e a identidade pertencentes no local.

Amenizando as invisibilidades do Estado a prioridade do movimento quilombola era a posse da terra: “trata-se do exercício da cidadania, pois, a partir do momento em que a pessoa se percebe detentora de algum direito, torna-se capaz de outros direitos” (Leite, 2015). No Maranhão um centro de referência negra vira progresso na luta vivenciada pela quantidade de quilombos formados a partir de apropriações das terras em abandono, ou doações informais, dificultando a titularização e as demarcações locais. As regiões maranhenses tinha destaque no país entre os sec. XIX pela grande produção de arroz, algodão e coco babaçu plantações presentes nas margens do rio Itapecuru. Depois da implementação constitucional o Estado e o Município recebe pressões pelo direito das comunidades remanescentes, principalmente na zona leste do estado.

A identidade se fundamenta. No inverso, no que desdiz o que foi assentado em bases violentas. Neste sentido, pode-se dizer que: o art.68 resulta por abolir realmente o estigma (e não magicamente); trata-se de uma inversão simbólica dos sinais que conduz a uma redefinição do significado, a uma reconceituação, que tem como ponto de partida a autodefinição e as práticas dos próprios interessados ou daqueles que potencialmente podem ser contemplados pela aplicação da lei reparadora de danos históricos (Almeida, 2002. p. 17).

5.3 Identidade e ação Codó e seus remanescentes de quilombolas relutando por melhorias

O município de Codó é o sexto município de densidade populacional, de acordo com IBGE-MA(2017) a média chega 118.038, localizada na região Leste do Estado, a sua economia produção econômica é extraída das mata de Cocais, principalmente a base do coco babaçu. As localidades interioranas do município na direção do Km17 - BR316/MA é zona rural da cidade, e antes tinha destaque nas fazendas com destaque para o algodão, arroz em largas faixas de terras praticavam o latifúndio com mão de obra escrava e depois passa-se para o trabalho de servidão, e acordos de posses. A mobilidade do entorno é feita por transportes de lotação privados, e também cortada por duas rotas a BR-316 a 17km da sede e uma linha ferroviária que corta o Maranhão até o Pará usada para transporte industrial.

Conseqüentemente o declínio das produções marca a ênfase do aquilombamento dessas regiões feita pelos negros que antes estavam dentro desse sistema produtivo, e procuravam por lugares para sua melhor sobrevivência. Nomeação dada aos povos que se alojaram na região quilombola maranhense:

Quiribas – ou maranhenses de velha touche, indiano-colonial ou descendente da escravaria dos engenhos de açúcar da costa; baianos, dos sertões do Piauí e dos Pastos Bons; cearenses que passaram a Ibiapaba e o Paranaíba ou vieram pelo mar, acossados pelas secas. (LOPES,1956, p.232).

Assim as margens do rio Itapecuru, a cidade de Codó no Maranhão sede da área urbana é refúgio da população ex-cativa, que se sustenta nas bases agrarias e de pequenas produções de campesinato. Situada como a segunda maior região de remanescentes quilombolas, perdendo apenas para o Pará marcam o processo histórico de aplicações constitucionais, com ganhos para a comunidade com as políticas públicas que podem ser viabilizadas, mas nem todas tracejam mesmo destino.

Determinado contexto coloca a necessidade de planos e garantias formais para colocar as comunidades negras do Maranhão nas garantias da justiça social. O Projeto Vida de Negro que se designou mapear entre 1988 a 2006 uma média de 527 terras de preto, com 241 identificadas, 28 tituladas e 71 em processos de desapropriação. Tais políticas são criadas de alianças que planejam ações específicas ou resistência de remanescentes que precisam assegurar condições melhores de

vida, mas não dependendo só de seus esforços a colaboração de órgãos federativos, e deliberativos do direito quilombola.

Diante das instituições afirmadas na Carta Magna fica aplicado pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e a união do INCRA firmando convenio com a Fundação Cultural Palmares assegurando direitos contra as ameaças que sofrem dos latifundiários. Não só em termos de posse, mas se identificar, ou seja reconhecer remanescentes quilombola torna-se parte do local. Nas antigas fazendas ou dentro de longas faixas de terra estas comunidade negra estão inserida, em sinal de risco ou ameaça, e se reconhecido solicitam titulação e proteção.

Na região codoense o maior registro de comunidades negras fica na parte sul do município, zona rural a 20 km da sede da cidade. Compostas de comunidades registradas e não registradas em titulação e reconhecimento quilombola. As articulação presentes nesse processo é feita pelo INCRA, FCP e órgãos que lhes prestam esporádicas assistências para a sobrevivência local. Assim situa-se a pesquisa de campo em duas comunidades da região codoense diferentes por ter titulação e reconhece-se remanescente quilombola.



Fotografia 1 - Trajeto entre a Comunidade Livramento e Povoado e Associação Quilombola Santa Maria dos Moreiras Bom Jesus, Zona rural de Codó-MA, novembro de 2019. Fonte: Thalyta Salazar

E a outra comunidade tem sua identidade de se reconhecer quilombola, mas não exerce e nem solicitar por titulação, situada a 26 km da região central do município de Codó, tem 86 famílias último registro em 2008 assim é Comunidade e Povoado do Livramento Codó-MA:

A entrevista datada no dia 24 de novembro de 2019, o líder Antônio Ângelo que relata: *Entrevistadora: Thalyta Salazar (Aluna): Oi, bom dia seu Ângelo, você pode falar o nome da comunidade? O que representa na comunidade? Sua história e qual o marco de origem? Ela é registrada e como é dividida?- Entrevistado: Antônio Ângelo (Líder Comunitário): Meu nome é Antônio Ângelo, o nome daqui é Associação de Moradores do Povoado Livramento, mas a associação que faço parte é a CEBES da Igreja Católica, comunidade que já estou trinta anos na coordenação da Igreja católica, só que fiquei durante três anos na coordenação da comunidade e não participo, eu gosto mais da associação da igreja; sobre a comunidade mesmo aqui é dividida por 'donos, essa região mesmo que eu vivo, é do meu avô, na frente é de outro, e é bem dividido cada parte, tem sua parte, não é comunidade como Bom Jesus (Santa Maria), Macorongo, Santo Antônio dos Pretos que é limitada aqui é os donos que colocam, por isso que não chega muita coisa assim' os ganhos aqui é difícil, trazer alguma coisa pra comunidade nesse termo de política né' pra trazer alguma coisa depende de política, ganha mais pela escola mesmo, ganha um poço, a gente não tem mais nossa comunidade não é mais bonita porque nunca conseguiu uma praça um posto, porque tem vários "donos", e esses homens não querem ceder um pedaço de terra pra fazer. O nosso marco mesmo foi pela construção da Igreja que todo mundo, se uniu e viu ela sendo construída isso era em 1980 se reuniam, marcavam festejos, e desde o tempo que meu avô ainda estava na frente. Meu avô cedeu um pedaço de terra pra fazer a igreja naquele tempo os italianos queriam tomar as terras diziam que iam fazer as coisas só pra pegar as terras, então meu avô ele deu mais não assinou, não fez documento nenhum não tem algo melhor por causa disso.*



Fotografia 2- Imagem da Igreja São Jose o marco histórico da Comunidade Livramento com a união do povoado para a construção do símbolo coletivo. Fonte: Thalyta Salazar, novembro de 2019.

A narrativa acima exprime a dissociação do coordenador da associação que se rompeu para a nova liderança de coordenador comunitário, que se sente mais seguro em relutar pela comunidade através da religião. Também se assegura o marco da comunidade a construção da igreja, onde contou com a participação de todos. A identidade pouco se é demonstrada, pois o que é importante como o líder relata é a sua territorialidade.

-Entrevistadora: A comunidade recebe alguma política (ou ajuda)? Quantas famílias tem a comunidade, já teve algum conflito intenso? E qual a dificuldade que a comunidade passa?

- Antônio Ângelo (líder) :Aqui tem a escola que teve um outro dono que cedeu um pedaço de terra e fez a escola e outro poço, mas toda a comunidade ganha. Aqui toda nosso terreno tem uma média de “10 donos” dividido em 80 famílias pela comunidade. Em 2008 se juntamos pra lutar por um pedaço de terra que agente trabalhava no coletivo, só que passando de mão em mão pelo ato de venda entramos em conflito com o “dono” pra que deixasse para a comunidade, e ai fomos montando a associação pedimos a força do Incra lá e se juntamos com as comunidade daqui de perto Bom Jesus, Cipoal dos Pretos, Mocorongo em uma casa no início da comunidade fizemos a associação, em 2011 teve outro conflito com prisão, a polícia levou o gerente da fazenda pra Codó pra prestar depoimento só não teve ainda foi morte. Hoje dificuldade é não ter oportunidade sem transporte, e emprego eles saem

daqui vão pra outra cidade, vão pra Codó, e não quer voltar. Os alunos daqui eram formados lá em Coroatá na Escola Família, se formaram, mas não voltaram, não mostram o trabalho aqui, e o que aprende lá não ensinam aqui e poderiam trabalhar aqui, ninguém ficou ou passaram no concurso e lecionam fora.

São cientes das dificuldades que passam pela falta de mobilidade até as áreas centrais do município. Tanto para o trabalho como para o estudo, sendo causa do processo migratório do meio rural para o meio urbano. Observam-se as segregações e o afastamento espacial conta como dificuldade para aplicação de políticas pública, relatado pelos mesmos.



Fotografia- 3: Escola de educação básica na Comunidade e Povoado Livramento. Fonte: Thalyta Salazar, novembro de 2019.

Eliane (esposa): Pra terminar de se formar no ensino médio ou vai pro Km17 ou vai pra Codó, porque as escolas aqui é só ensino fundamental, são multiseriada 4º e 5º ano juntos e a escola não tem estrutura pra pegar esse tanto de aluno, porque pegamos crianças de outras comunidades, eu sou monitora do ônibus escola e passa nas comunidades da Eira I e II, pega no Centrinho, Barracão, Santa Teresa, e a tarde pega de outra comunidades do Peixe, Nova Vila, São Benedito, e graças ao transporte ajuda na educação da nossa comunidade. Quando precisamos de ajuda de advogado

só tínhamos quando éramos da associação, agora só particular, e os políticos aqui ficam tudo dividido entre os donos e quem perde é a gente da comunidade que depende dos que ganham e só vivem prometendo as coisas.

Pela pequena quantidade de alunos em cada comunidade, as escolas das comunidades são multiseriadas e contemplam a relocação de alunos de várias séries e idade pra acolherem todos na educação, mesmo que de maneira ultrapassada. Vista como denuncia ou caso informativo o processo da educação as comunidades quilombolas é um processo de formação da identidade e de maneiras adaptativas pra se obter o conhecimento, não sendo uma demanda do momento atual mais séculos antes sendo lutado.



Fotografia-3: Da entrevista gravada na Comunidade e Povoado do Livramento com o representante local Antônio Ângelo. Registrada em 24/11/2019.

A comunidade do Livramento não possui certificação dos órgãos constitucionais, são delimitados pelos posseiros oficiais que limitam a aplicação de reconhecimento quilombola podendo ter domínio de direitos pela territorialidade. As colaborações que a comunidade se assegura estão ligadas a Igreja, pois é necessário fazer alianças. Temos como realidade maranhense, que coloca como suspenso o conceito de posseiro, que se utiliza e se instala a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Igreja Católica no cenário de assessoramento:

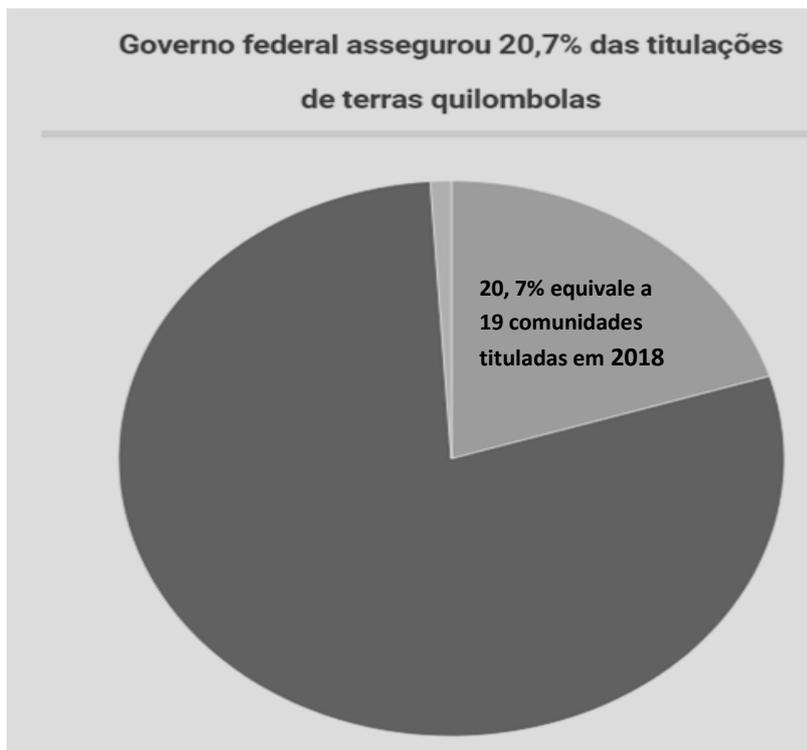
As cerca de 17 mil famílias quilombolas que vivem em terras tituladas representam apenas 8%, das 214.000 famílias que a Secretaria Nacional de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) estima existirem no Brasil.

No trato de conflitos fundiários que traz formas de uso e o pertencimento que remete a uma significação de comunidades rurais maranhenses, sendo a saída de evitar confrontos fundiários, adere-se tal termo, acordo entre posseiros, e mantem as comunidades quilombolas por perto. A permanência das lutas existentes na comunidade quilombola, com referências e apoio nas defesas registradas pelo confessional e conhecendo que sua realidade era também compartilhada por outras comunidades em situação semelhante por isso a ajuda mutua. Os dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo, divididas em patentes Nacionais e Estaduais.

As principais falhas para a titulação das terras quilombolas advêm também de resultados ligados a ineficiência técnica dos órgãos competentes, no qual o opressor na maioria das vezes indiretamente impede o processo de tramitar. Assim os quadros de planejamento das Regulamentações Quilombola não conseguem atender as demandas do território brasileiro nem de certifica-las com êxito como prescrito pelo Art. 68/88.

Incitar uma quantidade de profissionais que chegassem até as comunidades e pudesse orientar para identificação do território, assistente antropológico, assistência jurídica e engenheiros agrônomos que ampliasse o conhecimento de direito local. A falta de interesse na causa quilombola amplia os cortes orçamentários para desenvolver projetos em prol das minorias. A burocratização alargou os procedimentos de engavetar os processos quilombolas tudo por uma segurança jurídica que acaba desacelerando os processos de titulação.



Fotografia-4: Dados das terras tituladas entre 2017- 2019 respectivamente entre as demandas de 133- 166, 2018 tiveram apenas 19 comunidades tituladas. Fonte: Comissão Pro Índio, 24/ 11/2019

A outra comunidade estudada tem por diferencial, a titularização da terra e auto reconhecer remanescente. A Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras Bom Jesus e Jerusalém inaugurado em 05/08/2013. Segundo o entrevistado Mario Sergio uma das lideranças, presente nas falas que responde sobre a origem do quilombo:

A origem do quilombo era do povoado Novo Mundo pertencente ao branco Alim Moreira, sua filha Itália Moreira casou-se com o negro Demétrio e tiveram 15 filhos, herdado por Manoel Antônio Moreira, avô materno do entrevistado. O principal opressor é a família Pires, com 65 famílias, a titulação de remanescente quilombolas veio primeiro com a Fundação Cultural Palmares, em processo de finalização de demarcação fundiária pelo INCRA.

No processo de pesquisa de campo e vivência dentro da comunidade entre o mês de novembro, permitindo usar a metodologia de campo junto da pesquisa bibliográfica pra construir e somar a comunidade. Le Goff (1990)

(...) relaciona a memória étnica – ou memória coletiva – aos povos sem escrita, afirma que: “A memória coletiva dos povos sem escrita está fundada nos mitos de origem (...) e interessa-se mais particularmente pelos conhecimentos práticos, técnicos, de saber profissional.” (LE GOFF, p.428,1990)

Provendo uma interação consistente de utilizar a identidade como uma conquista da luta e o território, usada de entrevistar os dois líderes quilombola vivencia os diferentes eixos da comunidade. Somando a produção estive presente com a outra liderança da Comunidade Associação Santa Maria Bom Jesus, Lazaro Fernandes 26 anos, conhece o início da associação através dos pais, permanecendo como representante esteve relatando sobre a opressão e os processos de titularização e necessidade da identidade que a comunidade precisa conhecer e aprender, assim assume o líder quilombola, em 24 de novembro de 2019:

Lazaro Fernandes (Líder e representante da Comunidade): A luta na comunidade veio desde de 1992 começando a luta da comunidade, essas terras era do conflito dessas invasões feitas no fundo do quintal das casas por Sebastião que colocava seus rebanhos, e fazia suas roças, cada um fez suas comunidades, e ao Igreja comprou um pedaço de terra e doou para ambos fazerem morada e se chamar de Jerusalém, dando nome a Associação e Comunidade Quilombola de Santa Maria dos Moreira, Bom Jesus e Jerusalém, se transformando em um grupo pela causa, centralização em buscar de melhorias.

Entrevistado Lazaro Fernandes (Líder da Associação): A gente ainda é ameaçado pelo nosso “opressor” estamos ainda em conflito. Somos certificado pela Fundação Cultural Palmares, o nome que aparece no registro é Bom Jesus ou Santa Maria dos Moreiras foi feita em 05/03/2008 aqui na associação reunimos e pedimos para o prefeito, mandamos ofícios para construir ou colocar professor. Como tinha poucas crianças foram fechadas algumas escolas e colocaram no ônibus escolar para estudar. Quando entramos em conflitos com “os opressores” nesse caso a comunidade sempre teve a companhia de advogados em nossa defesa feitas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Os órgão que ajuda, mas também tem que atrapalha, teve uma família que era contra a nossa comunidade e ficava em aliança com patrão, mas foram retirados depois do último conflito



Fotografia- 5: Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria dos Moreira, Jerusalém e Bom Jesus, marco histórico do local é a associação instalada onde era a casa do opressor. Fonte: Thalyta Salazar, novembro de 2019.

As colaboração das alianças jurídicas com as questões da ajuda da igreja assegura a continuidade e oficialização do território quilombola da Comunidade Santa Maria Bom Jesus, o líder explica sobre a opressão, mas as garantias e as proteção conquistadas pela titulação feita pela Fundação Palmares até a parte de demarcação final aguardada pelo INCRA.

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. (ALMEIDA, p.118. 2008)

A notável diferença de fomentar a necessidade de trabalhar o território com o conhecimento sobre o meio que você está inserido implementando na formação e na luta por novas conquistas do município. Diante disto a *entrevistadora e aluna complementa*: - *Com titulação da Fundação Palmares o que mudou? Tem ganhado?*

Entrevistado Lazaro Fernandes (Líder da Associação): A titulação da Fundação Palmares ajudou nossa comunidade a crescer, hoje sabendo que somos quilombolas e temos direitos importantes saber da nossa origem e identidade. Temos as documentações e ajuda do PNAE programa de merenda escolar em que 30% é destinado a compra dos produtos na mão dos pequenos produtores. Temos 56

famílias registradas na demarcação, e a gente percebe que as melhorias sim mesmo que pouca, alguma pessoas desiste de ficar na sua origem, A demora chegar algumas acabam saindo da comunidade, a renda aqui vive pela roça vendida e para consumo grande, parece uma tradição da nossa comunidade, perdemos tempo porque não desfrutamos da terra em grande quantidade, não temos acompanhamento técnico pra explicar a fazer grandes produções. Esses últimos meses estamos tendo cursos para aproveitar o restante da comida, a fazer salgados ou trabalhos paralelos pela Secretaria de Agricultura, agora vai ter o benefício do caju da castanha. Conversamos com o secretário e os órgãos que recebe a solicitação caso se precise de algum trator ou roçador.

Os programas de assistência ao pequeno agricultor favorece a estrutura econômica das famílias remanescente, pois através das atividades agrarias feitas anteriormente pelos seus antepassados e também são praticadas hoje. Mas poderiam melhorar devido à ausência de políticas técnicas, adubagens, maquinas e estrutura agrícola para o grande plantio e verdadeiramente gerar renda, mas as primeiras iniciativas já são citadas pelo líder e a melhoria. Ele ressalta que as comunidades se favorecem dos programas políticas das igualdades raciais e estão em processo de titulação.

- A comunidade enfrenta a falta de assistência técnica, pois a interesse da nossa comunidade em ajudar o pequeno agricultor, a planta que tínhamos com nossos pais muda daí cabe ao Estado disponibilizar técnicos para nos orientar. Eu gosto de plantar mais com auxilio técnico pois existem dificuldades nas roças, a outra dificuldade é o atraso no começo das aulas porque as estradas ficam atolando o ônibus, ou nem saímos de casa, e colocam os professores para dar aula no fim de semana, e depois a escola de torna multiseriada. Eu percebo que quase não trabalhamos a história da comunidade, voltar a preservar a continuidade; saber das alianças porque está se perdendo, meus amigos por exemplo não querem saber da nossa história e sei que é importante. E o marco da comunidade foi a criação do centro comunitário onde era a casa velha dos opressores, porque não tinha um lugar para se construir em 2013. Aqui durante a certificação quem estava era o INCRA fazer laudo antropológico, relatório, demarcar as empresas passaram uma semana e meia nas analisando os documentos, foi bom conhecer quem iria nos ajudar a conquistar nossa terra.

Importante entender que o conhecimento da educação com o que se apende na comunidade condiciona a nova população quilombola a entender sua identidade. “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história.” NORA (1993, p. 17). O sentido da titulação vai além do que se pensa da terra, mas da necessidade de construção e continuidade das comunidades quilombolas.

De suma importância a interação do entendimento de lutar pelo reconhecimento de suas terras e de aderir o território a ela pela concretização de uma memória importante na nossa vivência. Portanto colocar a frente a vontade popular e a justiça na luta pelo território firmam-se reconhecimento no processo identidade quilombola. Não só por afirmar, mas demonstrar pela resistência cultural, e também respaldada pelo próprio líder quilombola a necessidade da escola trabalhar eixos que debata a ancestralidade e o reforço histórico, em ‘Negritude Afro-Brasileira’, parte da análise

Identidade afro-brasileira" ora em construção, ora em situação de resistência segundo os discursos, arrisca tornar-se confusa se não forem teoricamente discutidos alguns fatores que constituem a sua substância. Entre o discurso do militante e do sistema dominante de um lado, e a realidade da identidade tal como vivida nas bases populares negras de outro lado, existiria um certo distanciamento MUNANGA (p.112.1988).

Contudo as formalidades garantem a aplicação mas a realidade remanescente quilombola tem suas lutas constata em sobreviver. Mas afastada do meio urbano, e com as ausências de algumas assistências os próprios remanescentes se alia-se. Ainda que continuam firmes em resistir inviabiliza-se políticas com mais frequência de para estas comunidades diminui as demandas solicitadas. Sendo fonte de luta e buscando por melhorias a identidade quilombola foca-se na união das forças historicamente herdada e outras que irão dar continuidade reafirmada por (NORA, p.27.1993) “neste sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. Portanto se se reporta a passar séculos e séculos, mas os sistemas opressores ainda estão presentes para serem debatidos e transformados em novas resistências. Tais transformações dos remanescentes quilombolas só demonstraram a resistência de sobreviver graças a interação do território, a identidade pelas constates lutas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensidade dos processos da luta quilombola ficou marcante nos atos sociais e políticos do Brasil, no Maranhão resultantes no município de Codó permitindo autonomia as comunidades negras através da constituição ou de lutas que representam a resistência. Do mesmo modo as ações de coletividade e associações pela resistência negra produziram afinidades que buscavam se identificar, incentivar e ir pra pratica, seja ela por meio das leis, da imprensa ou de colaborações pela luta.

A relevância de se tratar uma herança de lutas para se firmar políticas e inclusão aos desassistidos. Por conseguinte apresentamos os protagonismos diferentes que abolição da escravatura trouxe para o Brasil, as desassistências ao povo recém liberto mostrava a diferença da luta de Zumbi dos Palmares, resistindo com a simbologia dos quilombos como referência na causa da população negra.

Logo adveio a continuidade de resistir com movimento abolicionista contra as invisibilidades que ficou destinada a população negras. Por meio do parlamento com Joaquim Nabuco, nas leis e ações jurídicas de André Rebouças e Luiz Gama e na imprensa com José do Patrocínio. Táticas que fundamentam a representação das ações sociais. A escravidão deixava o povo brasileira em situação de desigualdades sentidas até os dias atuais.

Sobre tal circunstancia é possível uma simbologia material e que refere-se a documentações, leis ultrapassadas que tardiamente atuaram na libertação do negro no sistema escravista. A abolição estava antecedida de propostas abolicionistas que pretendiam dar segurança e garantias para a população negra. Era demonstrada por uma representação de símbolos fictícios que não tinha efetividade de melhorar as condições para a população negra, assim apresentavam contra o sistema opressor e violento a: Lei Eusébio de Queiroz (1850), A Lei do Ventre Livre(1871), Lei do Sexagenário (1885), até a Extinção da escravidão no Brasil (1888), porem direitos não emancipados.

Evidenciaram que leis sem eficiência destinaram desigualdades a população negra como resultado de discriminações raciais que se naturalizavam em está a 'margem da sociedade. Os abolicionistas debatiam as primeiras reformas através das propostas de distribuir terras com André Rebouças em dar moradia e autonomia de produção para os recém-libertos praticados só um século depois em 1988, com o art. 68/88 na Constituição Brasileira. Paralelamente estava Joaquim

Nabuco no parlamento em toda década oitocentista o deputado da bancada abolicionista implicava em fazer projetos de inserir a liberdade do negro com uma alforria para moradias, educação e saúde. Respalhada por Leite, 2008

(...) pergunta que parece mais recorrente hoje quando buscamos entender esse processo é mesmo sobre a força daquilo que veio a ser caracterizado como “projeto Quilombola”, quando o quilombo passa paulatinamente a condensar, a integrar diversas noções de direito que abrangem não só o direito a terra mas todos os demais; quando esse vai do território às manifestações artísticas; quando o direito quilombola quer dizer educação, água, luz, saneamento, saúde, todos os direitos sociais até então negados a essas populações; quando o direito vai do campo à cidade, do individual ao coletivo; e, principalmente, quando o quilombo como direito confronta projetos e modelos de desenvolvimento, questiona certas formas de ser e viver, certos usos dos recursos naturais, seus usufrutos, o parentesco, a herança, as representações políticas e muito mais; quando o quilombo deixa de ser exclusivamente o direito a terra para ser a expressão de uma pauta de mudanças que, para serem instauradas (LEITE, 975, 2008)

Assim sendo espelho nos anos de 1987- 1989 com Abdias do Nascimento e Benedita da Silva entram na câmara e no Senado Brasileiro para reformar e regulamentar as leis para as comunidades quilombolas. Sinônimas ações com longo percurso histórico eram denúncias nas publicações de folhetins e jornais feitos por Jose do Patrocínio que buscava unificar os discursos e aderir mais integrantes na causa da população negra, como o Movimento Negro Unificado(MNU), que ao criar associações pressionam o Estado a garantir direitos pela sobrevivência dos grupos originários e tradicionais da nossa sociedade.

Fica evidente a capacidade política dos grupos minoritários de ganhar relevância se unificarem as causas para resolver as demandas existentes. Com a formação da Carta Magma, ou chamada de constituição cidadã, teve implementação aos movimentos sociais e principalmente a questão dos remanescentes quilombolas. A legitimação dos termos e da identidade dos quilombos, produz questões de territorialidade, registros e representação, “a representação política que interessa investigar neste estudo está ligada à “representação de temas e experiências” (Avritzer, 2007, p. 448) que antes debatidos e volta-se a serem relutados pelos próprios moradores juntos as patentes da administração pública.

Desse modo a importância de usar a representatividade pelas ação coletiva das comunidades negras, fortalece em resolver as demandas das desigualdades sociais. Pois o contraste das situações está quando essas comunidades conseguem atingir a titulação e demarcação das terras e outras não são respaldadas pelos atos constitucionais, mas tem autonomia, ou não se interessa devida a opressão ainda existente.

Semelhantes resultados foram analisados e demonstrados quando envolvidos na pesquisa de campo no Município de Codó(MA) na zona rural na Comunidade e Povoado do Livramento não titulada, mas ciente da resistência, não obstante Associação e Comunidade Quilombola de Santa Maria dos Moreira, Bom Jesus e Jerusalém disposta de titulação pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em processo de certificação final pelo INCRA.

Assim se distribui as possibilidades de crescimento em conseguir programas de auxílio a renda, continuidades e auxílios educacionais e formação da identidade e reconhecimento quilombola para progressão e continuidade na resistência da população negra. Buscamos rever o percurso histórico das conquistas da população afro brasileira em ter garantias de melhorar seus direitos diante da cidadania, por uma desigualdade herdada de preconceito e hierarquias que se esbarram na resistência e na formação de políticas de igualdade.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (1996), “Quilombos: sematologia face a novas identidades”, *in* Sociedade Maranhense de Direitos Humanos & Centro de Cultura Negra do Maranhão (orgs.) 2006-, *Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*, São Luís, s. ed., pp. 11-19.

_____ (2002), “Os quilombos e as novas etnias”, *in*, Eliana C. O’Dwyer (org.), *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, Rio de Janeiro, FGV, pp. 83-108.

_____ (2008), *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus, PPGSCA-UFAM

AGOSTINI, Ângelo. Revista Ilustrada. Ed.351 de 1883; 385, de 1884; 717, de 1896 e 569, de 1889- Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20444/1/RevistaVesperaAbolicao.pdf>

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, (19), 91-108. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>, 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO Renato, Apostila para os Educadores da Expo. “Zumbi: a guerra do povo negro” SESC-Vila Mariana, SP, Nov. 2015.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro(1880-1920). 410f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1996.

BLAER, João. Diário de viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645. In CARNEIRO, Edison O Quilombo dos Palmares, 4. Ed. São Paulo: Raízes, 2011.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 68º/ ART. 215, 1888.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. Para uma história do negro no Brasil. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 64 p.; il.; 20 cm,1988

BARTH, Fredrik, Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Editora UNESP, 1998, pp. 193-194.

BRASIL. Agência Senado ARQUIVO S N°45 -Ricardo Westin.07/05/2018

Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil / Martha Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. (Org.)

CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II: ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras. p.222, 2007.

CHALHOUB, Sidney. A Força da Escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.1ec. São Paulo: Companhia de Letras, 2012

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: Uma das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed. p.28/ 394. 1978

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. Momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987

DEZIM, Rogério. Matizes do Amarelo – elementos formadores do imaginário. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, p. 2. Dossiê Fundação Zumbi dos Palmares http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Dossie_serra-da-barriga.pdf 2005.

FERNANDES, F. A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro: Agência Senado. Fonte: Agência Senado, 2018

FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Editora Movimento, p.49. 1973.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA. Revista Escritos: Abolicionismo; Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1988.

GENNARI, Emilio. Em busca da liberdade. Traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 152 p. 2008.

GOMES, F. dos S. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a Terra e Construindo a Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da Cidadania. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos ZUMBI DOS PALMARES: HISTORIAS, SIMBOLOS E MARQUES, Eduardo Carlos; GOMES LÍLIAN. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: Limites e potencialidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais- Vol. 28 nº 81 fevereiro/2013.

LEITE, Ilka Boaventura, O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais. Universidade de Santa Catarina em Florianópolis, 965-977, setembro-dezembro- Revista Estudos Feministas. 2008.

LEITE, Ilka Boaventura; FERNANDES, Ricardo Cid. “Fronteiras territoriais e questões teóricas: antropologia como marco”. Boletim Informativo do Núcleo de Estudos em Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 7-14, 2006.

LAILER Christiane (Uerj). Revista da Fundação Casa de Ruy Barbosa, Ano 5, n.5 - <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/artigo09.php>. 2011.

LOPES, Ney. Dicionário Escolar Afro-Brasileiro. Verbetes: Palmares. São Paulo: 2ª.Ed.Selo Negro, 2014.

MATTOS, Hebe. Das Cores do Silêncio – os significados da liberdade no

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 1999.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. A lei de 1885 e os caminhos da liberdade. 1995. 264f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018.

MENDONÇA, Joseli Nunes. Cenas da Abolição: repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, Política e Liberdade. Rio de Janeiro- Civilização Brasileira, v. 1, p. 349-391, 2009.

MOURA. Clóvis.1959. Rebeliões da senzala (1ª edição), São Paulo, Edições Zumbi; 1972 (2ª edição ampliada), Rio de Janeiro, Conquista; (3ª Edição), São Paulo, Ciências Humanas; 1988 (4ª Edição), Porto Alegre, Mercado Aberto,1981.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Munanga, Kabengele. "Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos". In:Josildeth Gomes Consorte & Mareia Regina da Cosa . Religião, Política, Identidade. São Paulo, Cadernos PUC-EDUC, p.143-147, 1988

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo in SANTIAGO, Silviano (org.) Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro NABUCO, p. 32, 2002.

NETO. José Maia Bezerra. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará — 1840/1860. Revista Topoi, Rio de Janeiro, mar, pp. 73-112, 2001.

NORTON, Luís. A Corte de Portugal no Brasil. São Paulo: Nacional. 1979- ACERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UNB Universidade Federal Fluminense. 2008.

NORA, Pierre, Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, dez, p. 27,1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Edunesp, 2006

PATROCÍNIO, José do. Campanha Abolicionista. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, p. 24-5. 1996

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa Republicana e Abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888; Tese, UFF, Niterói, 2006.

Projeto Vida de Negro. Terras de Preto: quebrando o mito do isolamento. Coleção Negro Cosme – Vol. III. São Luís- MA: SMDH/CCN-MA/PVN, 2002.

PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. São Paulo: Brasileira, 1958.

REBOUÇAS, André. Diário e notas autobiográficas; textos escolhidos e anotações por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Rio de Janeiro: José Olympio, vol. II, pp. 304-05, 1938.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos Zumbi: historiografia e imagens / Andressa Mercês Barbosa dos Reis. –Franca: UNESP, 2004.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. Companhia das letras: São Paulo, p.7, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUFINO, Joel dos Santos- Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. São Paulo: Editora Moderna, p.37, 1985.

Santos, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). Identidades: estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

SCHWACZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Adriano Viaro. QUILOMBO DOS PALMARES HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO COLONIAL, 2014.

SILVA, Camila de Freitas. O 15 de novembro na imprensa carioca, Revista Aedos Num.8 vol, 2011.

SILVA, Giselda Shirley da. & SILVA, Vandeir José da. QUILOMBOS BRASILEIROS: ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL. Revista Mosaico, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4. Ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

WEBER, Max. "Relações comunitárias étnicas", in, Economia e sociedade, São Paulo, Imprensa Oficial/Editora da UnB, vol.1,2004.